

Encarte II

Parque Natural Municipal

Atalaia

Financiamento:



Realização:



Apoio:



Secretaria
Municipal de
Educação
Cidade de Itajaí



2. ANÁLISE DA REGIÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO ATALAIA

2.1 LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DO PARQUE DO ATALAIA

O Parque está inserido no Morro do Atalaia, localizado no Município de Itajaí, Santa Catarina (Figura 1).

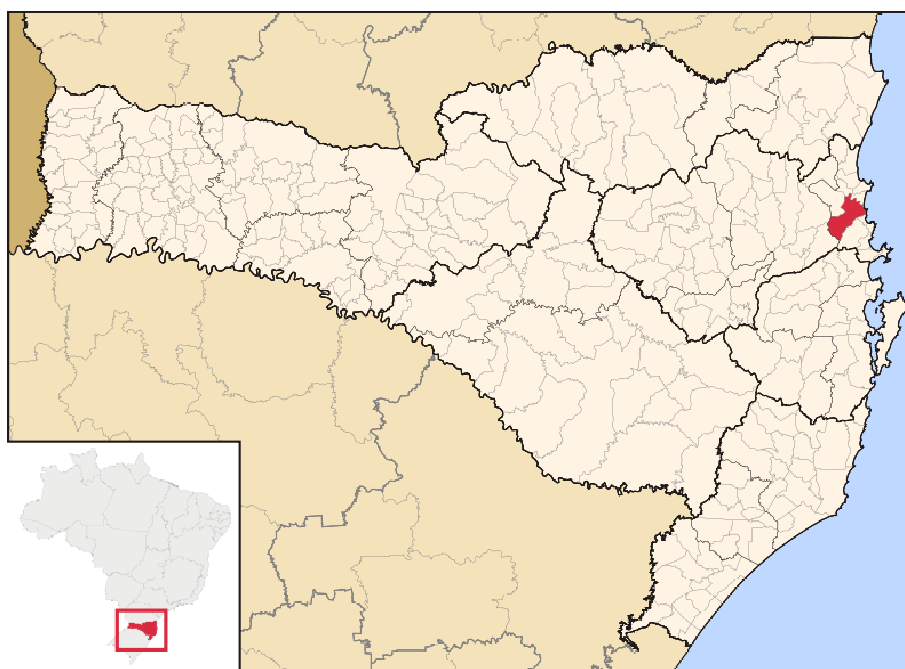


Figura 1: Localização de Itajaí no estado de Santa Catarina. FONTE: WIKIPÉDIA (2007)

Itajaí está situada na foz do rio Itajaí-açu, daí a origem de seu nome, sob as coordenadas 48°38'29" W e 26°55'30" S, e faz divisa com os municípios de Balneário Camboriú, Camboriú, Brusque, Gaspar, Ilhota e Navegantes. A rodovia BR-101 é a principal ligação à cidade, e as rodovias SC-100, SC-486, SC-470 ligam Itajaí ao restante do estado, distando aproximadamente 94 Km da capital, Florianópolis.

Pertence a região do litoral centro-norte catarinense, que compreende os municípios da AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do

Região da Foz do Itajaí): Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Ilhota, Luís Alves, Navegantes, Penha, Piçarras, Itapema, Porto Belo e Bombinhas, e é sede do maior porto pesqueiro do país e o segundo em exportação, e da segunda maior universidade do estado, a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

Na Figura 2 é possível visualizar a intensa expansão urbana que o município de Itajaí e seu entorno vem sofrendo, destacando a área da Morraria do Atalaia.



Figura 2: O contorno amarelo delimita o Morro do Atalaia, no contexto da região e do município de Itajaí – SC. FONTE: INPE (2000) e Google Earth (2006).

2.2 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

2.2.1 Meio Físico

Toda a região sul do Brasil é caracterizada como uma das regiões mais uniformes e de maior grau de unidade climática, expressa pelo predomínio do clima mesotérmico super úmido (ARAUJO *et. al*, 2006). Portanto, o Estado de Santa Catarina como um todo, caracteriza-se por possuir elevada pluviosidade, chuvas bem distribuídas durante o ano e por não apresentar estação seca definida (EMBRAPA, 2004).

Os dados climatológicos para o litoral centro-norte catarinense coletados entre os anos de 1912 e 2003 apresentados por Araújo *et al*. (2006), apontam uma média mensal de precipitação de 128,8mm, sendo janeiro o mês mais chuvoso (204mm) e junho o menos chuvoso (89,1mm). Com relação à temperatura, a média mensal foi de 20,3°C, onde os meses mais quentes foram janeiro e fevereiro (média de 24,5°C) e o mais frio foi julho (média de 15,8°C), e a umidade do ar nos últimos 17 anos ficou em 86,54% (estação no centro de Itajaí).

Tais informações corroboram a classificação de Köppen para a área de estudo como sendo de clima mesotérmico (Cfa), onde:

- “C” significa climas temperados quentes, com temperatura do mês mais frio entre 18° e -3°C;
- “f” significa ausência de estação seca, ou seja, a precipitação ocorre em todos os meses com a média do mês mais seco superior à 60mm e;
- “a” significa que a temperatura do mês mais quente é superior à 22°C.

O município de Itajaí é banhado pela bacia hidrográfica do rio Itajaí, que é a maior bacia da vertente atlântica de Santa Catarina, com uma área de aproximadamente 15.000 Km² correspondendo a 16,15% do território

catarinense. A bacia abrange 47 municípios e está dividida em três sub-regiões: o Alto, Médio, e Baixo Vale do Itajaí (PMI, 2005).

Os principais rios da bacia hidrográfica do Itajaí são Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim. Esta bacia está dividida em sub-bacias hidrográficas, entre elas: Arraial dos Cunhas, Brilhante I, Brilhante II, Campeche, Central, Espinheiro Volta de Cima, Itaipava, Itajaí Mirim, Laranjeiras, Limoeiro, Paciência, Praia Brava, Ribeirão Schneider, Ribeirão da Murta, Ribeirão do Capim, Rio do Meio/Canhanduba, São Roque e Vertente Cabeçadas.

A maior sub-bacia é a do Rio do Meio/Canhanduba com uma área de 46,49 Km² e a menor é a bacia Vertente Cabeçadas com área de 1,45 Km².

Conforme Caruso Jr. & Araújo (1999) a geologia do município de Itajaí apresenta junto aos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim expressiva área de depósitos Aluvionares e de Retrabalhamento Fluvial. Ainda, junto ao Rio Itajaí-Mirim apresenta depósito paludial. Grande parte dos morros são constituídos pelo Complexo Brusque (metamórfico). Entre os morros e os depósitos aluvionares apresentam-se os depósitos de encostas. Junto a costa do município apresentam-se depósitos praias marinhos/eólicos holocênicos e pleistocênicos.

O relevo do município de Itajaí está inserido em três unidades: planícies costeiras, planícies fluviais e Serras do Leste Catarinense (SANTA CATARINA, 1986).

As planícies costeiras encontram-se ao longo do litoral de Itajaí e formam-se junto ao oceano Atlântico numa faixa estreita, sendo formadas pelos processos marinhos e eólicos. Após as planícies costeiras, em pequena faixa, encontram-se terraços marinhos remanescentes que foram formados igualmente por processos marinhos e eólicos pretéritos.

As planícies aluviais encontram-se junto ao Rio Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, em extensa área formada por terraços aluviais / fluviais. Estes terraços são formados por sedimentos aluviais e fluviais que na sua parte mais proximal possuem materiais mais grosseiros e na sua parte mais distal, materiais mais finos e que foram e são retrabalhados quando

ocorrem enxurradas e enchentes dos cursos de água. Junto ao rio Itajaí-Mirim encontra-se também uma grande área paludial, caracterizada como uma planície de enchente, ou seja, área que serve como extravasor natural de enchente fluvial do referido rio.

A unidade das Serras do Leste Catarinense, que tem sua disposição de forma sub-paralela e com sentido SW-NE, na região apresenta-se na sub-unidade Serras do Tabuleiro/Itajaí. As maiores altitudes do município apresentam-se na porção sudoeste do mesmo, com altitudes superiores a 400 metros.

Entre as serras e os terraços aluviais/fluviais encontram depósitos coluviais/leque aluviais, formados pela erosão das serras (rastejo, escorregamento e enxurradas), e na sua parte mais proximal apresentam materiais grosseiros como matacões.

2.2.2 Meio Biótico

No setor norte, a costa catarinense se inicia quando terminam as escarpas florestadas da Serra do Mar na fronteira do Paraná com Santa Catarina. O bordo atlântico do planalto catarinense perde o caráter escarpado da Serra, desfazendo-se em blocos falhados na costa. O limite sul é ocupado pelo Cabo de Santa Marta, com compartimento praial que separa o Rio Grande do Sul. De um limite a outro, promontórios e pontais rochosos possibilitam a presença de praias fechadas e descontínuas, destacando-se, ainda lagoas e ilhas continentais (AB' SABER, 2001).

Em Santa Catarina a Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) recobre toda a porção leste do Estado, seguindo paralela ao Oceano Atlântico, ocupando a planície litorânea, encostas e morros, e adentrando para o interior, até encontrar no planalto as áreas de Estepes (Campos Naturais) e a Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária). Após o planalto, na região oeste, a cobertura vegetal é dominada pela Floresta Estacional Semi-Decidua (Floresta Subtropical do Rio Uruguai). Todas essas

formações florestais atualmente compõem a região denominada de Bioma Mata Atlântica.

A área de abrangência da região dos municípios que compõem a AMFRI é constituída predominantemente de Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), acrescida nos municípios da zona costeira, de porções menores representadas por Formações Pioneiras (Mangue, Restinga e Brejo litorâneo).

Em decorrência das atividades humanas, esta região se encontra significativamente alterada em função da exploração madeireira com fins comerciais ou de implantação de agricultura, pecuária, reflorestamento e de assentamentos urbanos. Conseqüentemente, a cobertura vegetal existente se apresenta em forma de fragmentos descontínuos, cujos remanescentes se encontram em processo de regeneração natural, cuja situação tende a perda da biodiversidade pela falta de conectividade entre os mesmos (Marenzi, 2004).

Na Tabela 7 pode ser verificada a situação de 2002 quanto à representatividade dos remanescentes vegetais dos municípios que compõem a região da AMFRI.

Tabela 7: Representatividade de Remanescentes Vegetais da Região da AMFRI

Município	Remanescente (%)	Cobertura Vegetal (ha)
Balneário Camboriú	37	1708
Bombinhas	51	1925
Camboriú	63	13309
Ilhota	46	11253
Itapema	55	3251
Luís Alves	59	15403
Navegantes	22	2651
Penha	32	1951

Piçarras	17	1116
Porto Belo	40	3417

FONTE: SOS Mata Atlântica (2005) – Dados de 2002

Nota-se uma menor representatividade de cobertura vegetal nos municípios litorâneos, os quais apresentam fragilidade natural pela geomorfologia na forma de promontórios costeiros, intensificada pela pressão antrópica decorrente da intensa ocupação urbana, fatores que propiciam situação semelhante às ilhas, portanto, susceptíveis a perda da biodiversidade (MARENZI, 2004).

Especificamente em Itajaí, a cobertura vegetal original pode ser discriminada em função das características fisiográficas e da influência do Oceano Atlântico, em ambientes fisionômica e ecologicamente distintos, contendo Floresta Ombrófila Densa e Áreas de Formações Pioneiras, segundo a classificação adotada por Veloso *et al.* (1991).

a) Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica): a partir de sua localização geográfica, tendo com base os fatores altitudinais, a Floresta Ombrófila Densa pode ser subdividida em: Aluvial, das Terras Baixas, Submontana, Montana e Altomontana, a formação florestal é representada pela Floresta Ombrófila Densa Submontana, que pode estar situada entre aproximadamente 20 e 600 m s.n.m. (RODERJAN *et al.*, 2002).

Portanto, a Floresta Atlântica de Itajaí nas subdivisões Aluvial e das Terras Baixas foram as mais intensamente ocupadas, restando pouquíssimos remanescentes naturais. Predomina a tipologia sub-montana, que de acordo com Roderjan *et al.* (2002) é a que detém maior diversidade vegetal resultante da característica de seus solos, apresentando regime climático predominante (com chuvas abundantes e distribuídas ao longo do ano, e ausência de baixas térmicas inverniais) semelhante ao das terras baixas ou planícies. Mesmo essa tipologia florestal apresenta-se bastante alterada, resultando em vegetação secundária nos diversos estágios de regeneração natural e poucos fragmentos de floresta clímax. Está melhor representada nas Morrarias do Brilhante, da Ressacada, Praia Brava e Atalaia.

b) Formação Pioneira com Influência Marinha (Restinga)

Esta formação é constituída pela Vegetação do Litoral Rochoso e Arenoso, segundo a nomenclatura adotada por Klein (1979 e 1980). O Litoral Rochoso é ocupado principalmente por líquens, musgos, cactos e bromélias, principalmente adaptados ao ambiente de solo raso (afloramentos de rocha), com pouca concentração de água, e dependendo da situação, sujeito a ação das marés. O Litoral Arenoso é composto pela área de vegetação herbácea, arbustiva e arbórea (Brasil, 1999) ou vegetação das praias, das dunas fixas e restinga (Roderjan & Kuniyoshi, 1988). O estabelecimento dessa vegetação adaptada à situação de adversidade do ambiente (salinidade, vento e insolação constantes, escassez d'água e de nutrientes no solo, mobilidade do substrato) propicia o aparecimento de espécies lenhosa-arbustivas, À medida que melhoram as condições climáticas (menor insolação e redução da intensidade do vento) e edáficas (maior deposição de matéria orgânica e melhor retenção d'água), a vegetação se torna menos especializada e mais exigente, apresentando maior porte, densidade e diversidade de espécies, compondo um ambiente com predomínio de espécies arbóreas.

A restinga de Itajaí está melhor representada na Praia Brava, local que ainda mantém algumas porções menos alteradas, mas com significativa pressão antrópica.

c) Formação Pioneira com Influência Flúvio-Marinha (Manguezal)

Esta formação é constituída pelos manguezais, que segundo Klein (1979) e Roderjan & Kuniyoshi (1988) se trata de litoral lodoso e áreas de transição, influenciadas pelas águas do mar e dos rios, onde se desenvolve uma vegetação especializada.

Esta vegetação é adaptada para as condições adversas, sujeitas à ação das marés (salinidade, acúmulo de matéria orgânica, mobilidade do substrato), utilizando mecanismos de raízes tabulares (escoras) ou pneumatóforos. Normalmente podem ocorrer associadas: *Rhizophora mangle*, *Avicenia* sp e *Laguncularia racemosa*. Ainda, quando a água do mar encontra-se represada podem aparecer espécies da família Poaceae.

Em Itajaí essa tipologia é encontrada principalmente às margens do estuário Saco da Fazenda e na foz do ribeirão Schneider, já se encontrando bastante alterada pela poluição de resíduos depositados e pelo aterramento das margens.

d) Formação Pioneira com Influência Flúvio-Lacustre (Brejos Litorâneos)

Esta formação apresenta comunidades vegetais das planícies aluviais, que refletem os efeitos das cheias dos rios nas épocas chuvosas, ou então, das depressões alagáveis todo o ano (Veloso *et al.*, 1991). Essa tipologia corresponde às formações herbáceas dos abaciados úmidos (várzeas), influenciados pelo regime hídrico dos rios, sendo representada principalmente por espécies de Cyperaceae, Poaceae e Typhaceae, além de Xyridaceae, Lentibulariaceae e Alismataceae.

Especificamente nos ambientes constituídos por esta formação em Itajaí predomina a espécie *Typha domingensis* Pers. (Typhaceae), ocorrendo eventualmente a espécie *Mimosa bimucronata* (DC.) Kuntze (Mimosaceae), sendo que espécies arbóreas podem ocorrer de forma esparsa, dando início à colonização destes ambientes (Roderjan *et al.*, 1991).

A fauna da região é composta de animais ocorrentes na Floresta Atlântica, porém possivelmente com alteração na riqueza e frequência de espécies em função de processos de fragmentação de habitats e de atividades de caça. Apesar de não ter sido constatado levantamento de mamíferos em Itajaí, é esperado que ocorram *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-mirim), *Dasypus novemcinctus* (tatu-galinha), *Sphiggurus* sp. (ourico-cachero), *Dasyprocta azarae* (cutia), *Cavia* sp (preá), *Dusicyon thous* (cachorro-do-mato), *Procyon canorivorus* (mão-pelada), *Nasua nasua* (quati), *Galictis* sp. (furão), *Eira barbara* (irara), *Felis* sp. (gato-do-mato), *Didelphis albiventris* (gambá-de-orelha-branca), e outros mais resistentes as interferências humana.

Quanto à avifauna é importante destacar uma diversidade significativa, mas alterada pelas intervenções humanas, sendo que algumas

espécies que hoje constam na lista de animais ameaçados de extinção, outrora eram comumente observadas na região. Assim ocorre com as espécies *Pipile jacutinga* (jacutinga) e *Penelope obscura* (jacuaçu), aves da família Cracidae, de ocorrência natural em toda a Floresta Atlântica do Vale do rio Itajaí-Açú, mas incluídas na lista de animais em risco de extinção (IBAMA, 2003 e IUCN, 2003). Tal fato foi relatado em uma carta do naturalista Fritz Muller a Charles Darwin em 1868, em que destacava a abundância da jacutinga e as atividades de caça a ela relacionadas:

“Eu mesmo vi como meia dúzia de jacutingas foram mortas, uma após outra, na mesma árvore. Um vizinho contou-me que, há dois anos, abatera cerca de 100 jacutingas em um único pé de guarajuva. No inverno frio de 1866 apareceram tantas jacutingas nas baixadas no rio Itajaí que, em poucas semanas, foram mortas aproximadamente 50.000” (SICK, 1985, p: 231).

2.3 ASPECTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS

Os primeiros povoados a usufruírem das terras na Região de Itajaí foram os povos indígenas, comprovado pela descoberta de sambaquis na região, sendo encontrados vestígios de várias gerações e, além de cadáveres, foram encontrados seixos, conchas, ossadas de peixes e mamíferos, cerâmicas indígenas, machados de pedra polida e pontas de flechas.

Segundo Lenzi (2002), as tribos indígenas na região de Itajaí, Carijós e Botocudos, viviam da pesca, da caça, de moluscos, de frutas colhidas na floresta, do cultivo de mandioca e seus derivados, como a farinha. Com a chegada dos europeus, formaram-se colônias, seguindo a política imperialista do século da Inglaterra e da França de dominar novos continentes sem respeitar os povoados já existentes na terra. Em 1897, muitos colonos quando vieram participar da colonização não foram bem esclarecidos sobre a existência indígena, não querendo contato com os índios. Foram organizadas em Itajaí grupos de caça ao índio, por volta de

1833 pela aprovação do Governo Imperial, “no dispositivo da Lei Municipal Nº70, que incentivava os moradores do Santíssimo Sacramento do Itajaí ao serviço obrigatório da Guarda Nacional por estarem em conflito com o grupo indígena”. O pior ataque registrado foi em 05 de Junho de 1904, sendo executados 230 indígenas a mando do governo.

De 1500 a 1700, mas de 100 mil portugueses se deslocaram para o Brasil-Colônia, sendo que Portugal temia invasões espanholas no Sul do Brasil, principalmente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, áreas estratégicas para se chegar ao Rio da Prata, pois o litoral permitia o abastecimento de água e alimentos às embarcações (SEVERINO, 2006).

A partir de 1748, o litoral de Santa Catarina começa a ser colonizado por açorianos, que vieram não só pelo aspecto econômico, mas devido ao excesso de população na Ilha de Açores, bem como a necessidade de manter um domínio português no Sul, já que desde 1709, de acordo com BONTUR (2000), Portugal havia readquirido o território após uma disputa jurídica com a Espanha. Farias (2000) aponta que de 6000 açorianos que chegaram ao estado, 4500 ficaram no litoral.

Os açorianos eram agricultores e pescadores em seus locais de origem, e no início da colonização emprestaram as técnicas e o conhecimento sobre as espécies cultivadas dos indígenas, como a mandioca, e o óleo para iluminação retirado dos peixes e das baleias (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

Contudo, segundo Severino (2006), somente no século XIX foram dados os primeiros passos para uma ocupação mais efetiva do território, com políticas de povoamento para o Sul. Em 1829, foi instalada, no Estado, a primeira colônia de alemães, em São Pedro de Alcântara, e, em 1850, a colônia Blumenau, no Vale do Rio Itajaí-Açu. Depois surgiram no Itajaí-Mirim, a colônia Itajaí - Príncipe D. Pedro, atuais municípios de Brusque, Guabiruba e Botuverá. O autor considera que o porto de Itajaí foi central nos processos de colonização no vale, mesmo antes da formação da cidade, sendo que os primeiros passos para a ocupação de Itajaí são atribuídos a dois nomes: Antonio Menezes de Vasconcelos Drummond, em 1820, e

Agostinho Alves Ramos, em 1824, representando o início da “fundação” do primeiro núcleo.

Agostinho Alves Ramos também é lembrado por Lenzi (2002), afirmando que Itajaí foi historicamente à porta de entrada e saída de pessoas e mercadorias na região do Vale do Itajaí, pelo fato de ter um porto natural na Foz do Rio Itajaí-Açu. Assim, aumentou-se a infra-estrutura para acomodar imigrantes que passavam alguns dias na cidade e depois subiam o Rio Itajaí-Açu e o Rio Itajaí-Mirim, sendo que alguns abriram comércios na cidade. Na foz do Rio Itajaí-Açu, ancoradouro natural, esse comerciante instalou-se na margem direito perto da foz, onde se encontrava grande parte do trânsito fluvial. Assim iniciou-se o porto, pela necessidade de carregar as embarcações de mercadorias, facilitando a comercialização e o transporte com as cidades ribeirinhas e litorâneas.

Severino (2006) cita o historiador Oswaldo Cabral, que destaca que Itajaí é situada à entrada do vale do Itajaí e possui um porto praticável, o que fez nascer um núcleo urbano, mais definitivamente em 15 de junho de 1860, com a instalação do município (vila) de Itajaí, desmembrando-se de Porto Belo. A criação de Comarca se deu em 1868 e a elevação da vila à categoria de cidade, em 1876, recebendo nesse século um grande número de imigrantes alemães (WIKIPÉIA. 2007).

Silva (2005) aponta também fontes que indicam a relevância histórica dos africanos e seus descendentes na região, seja como escravos ou como trabalhadores livres, principalmente empregados no Porto.

Lenzi (2002) afirma que culturalmente Itajaí é marcada pelas tradições que foram trazidas de seus colonizadores, principalmente açorianos, mas também com influência da cultura alemã. Algumas brincadeiras são tradicionalmente praticadas até hoje: Malhação do Judas, realizada na madrugada de Sábado de Aleluia; fogueira de São João, em 13 de julho que antecede a festa de Santo Antônio em homenagem a São João Batista; o Boi-de-Mamão, tipicamente catarinense, sendo a maior manifestação do folclore no estado; a Farra do Boi, brincadeira tão antiga

quanto à civilização, realizada na quaresma; e outras brincadeiras como a Dança da quadrilha e Pau-de-Fita.

Também em Itajaí se destaca a tradicional festa açoriana, a Marejada, comemorada anualmente no mês de outubro, relatando a cultura açoriana por meio de danças, comida e trajes típicos, e folclore (WIKIPÉDIA, 2007).

2.4 USO E OCUPAÇÃO DA TERRA E PROBLEMAS AMBIENTAIS DECORRENTES

Evidências de coletores-caçadores na região da Floresta Atlântica datam de cerca de 11 mil anos (DEAN, 1996), sendo que para MACEDO (2002) desde os primeiros tempos de Colônia e Vice-reinado que a zona costeira foi o espaço mais adequado a ocupação humana, concentrando a formação de cidades, portos e cultivos agrícolas, e servindo de ponte para a exploração e a penetração do interior brasileiro.

Dados históricos relatam como primeiros ocupantes da costa catarinense, os grupos tupi-guaranis, mais conhecidos como índios Carijós, cujas pesquisas arqueológicas apontam índios na região há pelo menos 1.500 anos (FARIAS, 2000). Os produtos alimentícios e artefatos produzidos eram provenientes das atividades de caça, de pesca e de coleta, realizadas no mar, nas praias, nos mangues e nas florestas, que também passaram a receber plantios, como a mandioca e o milho (MARENZI, 2005).

A partir de 1748, o litoral de Santa Catarina começa a ser colonizado por açorianos que vieram não só pelo aspecto econômico, mas devido ao excesso de população na Ilha de Açores, bem como a necessidade de manter um domínio português no Sul, já que desde 1709, de acordo com BONTUR (2000), Portugal havia readquirido o território após uma disputa jurídica com a Espanha. FARIAS (2000) aponta que de 6000 açorianos que chegaram ao estado, 4500 ficaram no litoral. Os açorianos eram agricultores e pescadores. Em 1856 teve início a imigração ítalo-germânica na região, ocorrendo uma diversidade étnico-cultural; a partir de 1920,

após o término da I Grande Guerra, foi intensificada a exploração da Floresta Atlântica.

No entanto, o grande impulso de ocupação da zona costeira do centro-norte catarinense se deu no início da década de 1970, decorrente da construção da BR-101, que facilitou o acesso direto, principalmente de turistas e de veranistas que investiram em segundas moradias e, conseqüentemente, estimularam a implantação de infra-estruturas e de obras para atender a nova demanda comercial.

A urbanização de Balneário Camboriú se deu mais expressivamente, resultando em um modelo de balneário verticalizado concentrando sua ocupação na orla marítima. Seguiram-se a esse modelo os balneários de Piçarras, Itapema e Bombinhas, mas de intensidade mais moderada. São cidades que apresentam um aumento populacional sazonal decorrente das atividades de verão, assim como resultaram em transformações ambientais significativas.

A expansão urbana de Porto Belo e de Penha se deu mais gradativamente, mantendo algumas características culturais e a orla ocupada por residências de veranistas com áreas ajardinadas, minimizando o impacto visual da ocupação. No entanto, Penha teve um aumento populacional advindo, principalmente, da implantação do Complexo Turístico Beto Carrero World.

A ocupação de Itajaí e de Navegantes irradiou das margens do rio Itajaí-açu, que influenciou não somente a atividade portuária, mas concentrou a localização de indústrias, comércio e moradias relacionados ao pescado. A partir daí, expandiu-se a ocupação em direção a orla marítima e a periferia, sendo que esses dois municípios têm sofrido aumento populacional mais recente pelo desenvolvido das atividades portuárias e de construção naval.

Portanto, em toda zona costeira, o meio rural manteve menor ritmo de ocupação, sendo desenvolvidas atividades agro-pastoris e silviculturais (pequena porção com reflorestamento) em pequena escala, mas com alterações ambientais expressivas decorrentes do processo histórico de uso

da Floresta Atlântica, resultando em porções de vegetação secundária em diversos estágios sucessionais. Outro resultado, não somente nessa área, mas em toda zona costeira decorre de locais com solo exposto proveniente da retirada de terra (argila, saibro, areia, granito), depreciando a paisagem e incorrendo em processos erosivos.

Os recursos naturais ainda são utilizados com atividades irregulares, como a caça, a retirada de palmito e de plantas ornamentais (bromélias, orquídeas, *etc*), comuns em várias outras regiões da Floresta Atlântica (ADAMS, 2000). Também nos costões rochosos é verificada a extração intensiva de mariscos jovens para cultivo, trazendo conflitos com as comunidades tradicionais.

Nos ambientes de praias (dunas) e nas margens dos cursos d'água (ambas áreas de preservação permanente) são constatadas ocupações irregulares (principalmente de comércio locais) e a emissão de resíduos domésticos.

2.5 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

A área total do município é de 304 Km², correspondendo a 78 Km² de área urbana e 226 Km² de área rural. Segundo IBGE (2006) possui uma população total de aproximadamente 168.088 habitantes. No entanto, PMI (2006) com base no Censo DE 2000, totaliza 147.463 habitantes, sendo eminentemente urbana 141.932 habitantes, com densidade populacional de 1.819 hab/km², e 5.531 habitantes na área rural, com densidade demográfica de 24 hab/km² (PMI, 2006).

O setor primário de Itajaí, segundo a PMI (2005), dispõe de 13.727 ha para as atividades produtivas, sendo que as principais atividades são o cultivo de arroz irrigado, feijão, melancia, milho, oleáceo e a criação de bovinos de corte e misto, além da avicultura e suinocultura. O setor agrícola não está se desenvolvendo como os outros setores, assim tendo a necessidade de uma política de desenvolvimento agrícola garantindo

maiores lucros. Vale salientar da piscosidade da costa de Itajaí, sendo que o setor pesqueiro é muito importante economicamente para o município, uma vez a região ser a maior produtora de peixes, crustáceos e moluscos. São explorados minérios (mármore, calcário, argila, cascalho, areia e filito), contribuindo com a economia de Itajaí (PMI, 2005).

No setor secundário enfatiza-se a indústria de alimentos, principalmente os pesqueiros, os gêneros dos produtos minerais não metálicos, como a produção de cimento, de plástico, papel e papelão, assim como a construção naval (PMI, 2005).

O setor terciário é representado pelas empresas, comércios e prestação de serviço de Itajaí. O serviço portuário atrai investidores associados à exportação e importação, movimentando fortes negócios e impulsionando Itajaí economicamente (PMI, 2005). É o maior Porto de Santa Catarina e está entre os principais do país entre movimentação de carga e mercadoria (PMI, 2006).

O crescimento do setor secundário, terciário, turístico e portuário gerou outras necessidades do desenvolvimento em Itajaí, assim causando um prejuízo no setor primário. A agricultura emprega apenas 5% da população, e os principais produtos são: cana de açúcar, arroz, abacaxi, feijão e milho, sendo que na pecuária se destacam as criações de gado leiteiro e aves (PMI, 2006).

Segundo PMI (2005) com base em CNM (2005), Itajaí está com o terceiro maior PIB de Santa Catarina, com 2,867 bilhões de reais.

Turisticamente, as praias de Cabeçudas, Atalaia e Brava são o principal atrativo pela beleza natural e pela prática de surf, sendo que atualmente também a construção do *Pier* serve de apoio na recepção de navios de grande porte voltados ao lazer (WIKIPÉDIA, 2007).

Itajaí possui vinte e sete bairros, sendo que nas áreas praianas têm os bairros Praia Brava e Cabeçudas; na área estuarina possui a Fazenda, Centro, Barra do Rio, Salseiro, São João e Cordeiros; na área do interior do município I encontram-se os bairros Vila Operária, Dom Bosco, São Vicente,

Cidade Nova, Ressacada, São Judas, São João e Cordeiros; na área de interior do município II apresentam-se os bairros Itaipava, Espinheiros, Canhaduba e Salseiros; nas áreas rurais e demais núcleos urbanos apresentam-se os bairros Volta de Cima, Brilhante I e II, Campeche, Limoeiro, Rio do Meio, Laranjeira, Paciência, Bahia, Pedra de Amolar e Arraial dos Cunhas.

2.6 PERCEPÇÃO DAS COMUNIDADES SOBRE O PARQUE DO ATALAIA

Para análise da percepção das comunidades sobre a Unidade de Conservação foram realizadas duzentas e cinco entrevistas¹, conforme localização apontada na Figura 3, sendo:

- a) população de influência direta, correspondendo a moradores na área de vizinhança do parque (bairros Fazenda e Cabeçadas, incluindo a localidade da praia da Atalaia), totalizando sessenta (60) entrevistas;
- b) população de influência semi-direta, correspondendo a moradores no entorno da área do parque, próximos a rodovia Oswaldo Reis, no bairro Fazenda, e comunidade geral de Cabeçadas, totalizando sessenta (60) entrevistas;
- c) população de influência indireta, representada pela comunidade geral de Itajaí, totalizando oitenta (85) entrevistas;

¹ Essas entrevistas foram realizadas no período de agosto de 2005 a março de 2006, quando ainda não havia sido divulgada a criação do PNM do Atalaia, e compõe o Trabalho de Conclusão de Curso de Camila Santos, em 2006, UNIVALI.

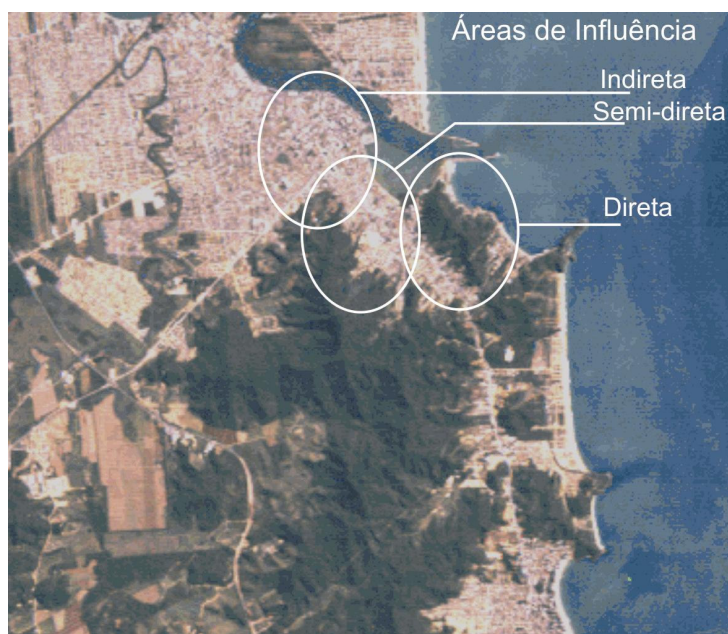


Figura 3: Localização dos diversos grupos entrevistados

Para as devidas entrevistas foram elaborados três modelos de formulários (Anexos 2 e 3), sendo as abordagens realizadas nos locais de moradia, quando categorias 1 e 2. Para a categoria de influência indireta, as entrevistas foram realizadas em diversos locais, entre os quais, avenidas movimentadas e universidade.

2.6.1 Relação com a Região do Morro da Atalaia

A relação da comunidade de Influência Direta e Semi-direta com a região do Morro do Atalaia foi analisada por meio do conteúdo das perguntas sobre “coisas boas” e “problemas” do lugar (Figuras 3 e 4).

Os entrevistados de influência Direta que se referem ao lugar como sendo “Tranquilo”, totalizam 31,7% dos entrevistados, seguidos pela “Naturalidade” (25,0%), presença de “Praias” (11,7%). Foram considerados também em ordem de importância: Beleza Cênica, Localidade e Vizinhança.

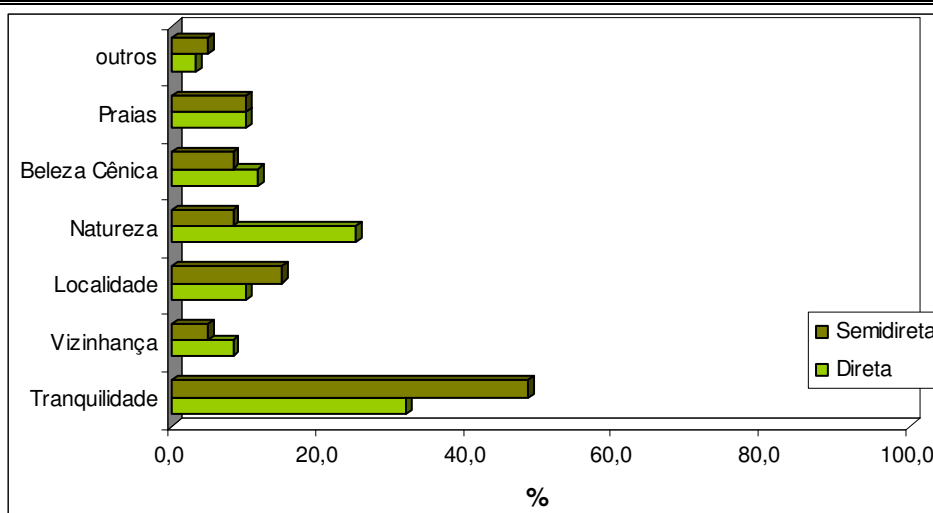


Figura 4: Representação gráfica sobre "coisas boas" do Lugar

Alguns comentários se destacam, como: aquele que afirma que **nasceu nesta região, e lembra de quando era criança, subia o morro para brincar, havia muitos pássaros e bichos; fez sua história neste lugar, seus filhos e netos também conhecem o morro, e fica feliz que existem pessoas que se preocupam com esse lugar** (pescador aposentado, 92 anos); **que este lugar representa muito na sua vida, aqui fez sua casa, constituiu família, e fica emocionada quando lembra os momentos lindos que vivenciou** (professora aposentada, 81 anos); **que não é daqui, mas adotou esse lugar, tem bons amigos, e o lugar é muito tranquilo e bonito** (dona de casa, 62 anos). Também para Tuan *et al* (1980) “as montanhas, riachos, fontes e poços não são apenas aspectos cênicos interessantes ou bonitos, são as obras de antepassados dos quais eles descendem”.

Quanto ao motivo “Natureza” se destacou como sendo um dos melhores motivos de se morar no entorno do Morro da Atalaia, destacando-se alguns comentários, a moradora comenta, que a paisagem é bela, são poucos que têm o privilégio de morar aqui (dona de casa, 51 anos); que adora acordar de manhã, abrir a janela, olhar pro morro e ouvir o som dos pássaros (aposentada, 65 anos). Para Thevelyan (1929) *in* Thomas (1996), a preservar as aves é uma exigência que atende aos interesses espirituais da raça humana que tem tanta alegria em ver o ouvir os pássaros.

Na influência Semi-direta também foi significativa a resposta referente à “tranquilidade” (48,3%), destacando-se o comentário de que **não existe lugar melhor pra se viver, é tudo de bom e muito sossegado** (moradora, 56 anos). Também teve destaque a “localização” (15,0%), “existências de praias” (10,0%), sendo consideradas também em ordem de importância, Beleza Cênica e Vizinhança.

Os resultados demonstraram que há uma relação de lugar com seus respectivos moradores, sendo a tranquilidade do lugar muito significativo para os mesmos, a natureza no seu complexo foi apontada como sendo de grande importância no dia-a-dia dos moradores do entorno. De acordo com Aveline (1999, p. 59) “A natureza ligou todas as partes do seu império através de fios sutis de simpatia magnética, e há uma correlação mútua até mesmo entre uma estrela e um homem”. E esta é a essência da percepção ecológica da vida.

O fato da natureza do local ser valorizado por muitos, é ressaltado por Tuan (1980, p.108) quando ele afirma que “a beleza é sentida, como o contato repentino com um aspecto da realidade até então desconhecido; é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem”.

A Figura 5 revela alguns problemas apontados pelos entrevistados das Comunidades de Influência Direta e Semi-direta.

A maioria da população entrevistada não observa nenhum tipo de problema no local, totalizando 39,2%, destacando-se os depoimentos, entre os quais: a moradora afirma que **acha o lugar maravilhoso, mora a vida inteira no entorno do morro da Atalaia e nunca teve problema com nada** (dona de casa, 65 anos); e a entrevistada comenta, que **o lugar é um paraíso, nunca teve problema algum** (aposentada, 73 anos).

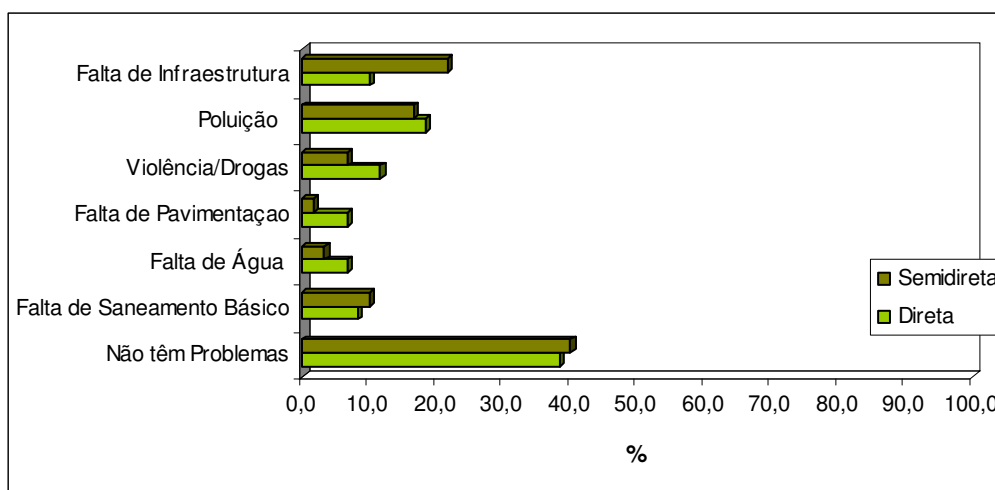


Figura 5: Representação gráfica sobre "problemas" do lugar.

Para o grupo de influência Direta foram citados em ordem de importância os seguintes problemas: Poluição, Violência e Drogas, Falta de Infra-estrutura, Falta d'água, Falta de Saneamento Básico e Falta de Pavimentação.

Já a comunidade de influência Semi-direta apontou como problema a falta de infra-estrutura, representando 21,7% dos entrevistados. Alguns comentários se destacaram, entre os quais: **a falta de sinalização nas ruas é um problema que se agrava no verão** (Artista Plástica, 41 anos); a falta de lixeira nas praias, **sempre tem muito lixo nas ruas e próximo do Morro** (Estudante, 23 anos). A poluição também foi um fator indicado nos dois grupos com 15,8% dos entrevistados, principalmente o problema do "Ribeirão Schneider", sendo que uma entrevistada comenta que **o Ribeirão encontra-se muito poluído, o odor é muito desagradável, e o problema tem que ser resolvido** (dona de casa, 33 anos). Também foram consideradas em ordem de importância: a Violência/Drogas, Saneamento Básico, Falta de Água e a Pavimentação, nas duas categorias.

Sendo assim, os problemas mais expressivos das comunidades dos dois grupos são os que relacionam ser humano e meio ambiente, sendo que os problemas sócio-ambientais já existem há muito tempo.

2.6.2 Relação com o Morro da Atalaia

Na Tabela 8 é revelado o número de pessoas que já visitou o Morro da Atalaia, sendo que a maioria dos entrevistados dos três grupos de comunidade, totalizando 66,6%, nunca esteve no local, destacando-se o comentário do entrevistado **que nunca subiu no morro, mas tem muita vontade de conhecer, e com o Parque será uma oportunidade** (morador há 25 anos). Assim, mesmo que exista uma relação de afetividade dos moradores do entorno e o Morro da Atalaia, muitas pessoas não conhecem o lugar. Fato que pode mudar as percepções após vivência, conforme Jordana (1992).

Tabela 8: Numero de entrevistados que visita o Morro da Atalaia.

VISITA O MORRO DA ATALAIA	DIRETA	SEMI-DIRETA	INDIRETA
	Nº DE PESSOAS		
Sim	40,0	31,7	32,9
Não	60,0	68,3	67,1
U.AMOSTRAL	100%	100%	100%

FONTE: CAMILA R. DOS SANTOS

A Tabela 9 indica com que Frequência os entrevistados visitam o Morro da Atalaia, sendo verificado que considerando os três grupos juntos, daqueles que já visitaram o Morro da Atalaia, 16% citaram poucas vezes, e mais especificamente de duas a três vezes, e 11% freqüentemente.

Tabela 9: Frequência dos entrevistados que visita o Morro da Atalaia.

COM QUE FREQUÊNCIA VAI AO MORRO	DIRETA	SEMI-DIRETA	INDIRETA
	Nº DE PESSOAS		
Uma Vez	30,0	42,9	77,8
Poucas Vezes	33,3	22,0	21,1
Freqüentemente	13,3	11,7	10,6
Nunca Foi	60,0	68,3	67,1
U.AMOSTRAL	100%	100%	100%

FONTE: CAMILA R. DOS SANTOS

A Figura 6 aponta os motivos que levam os entrevistados dos três grupos a visitar o Morro da Atalaia.

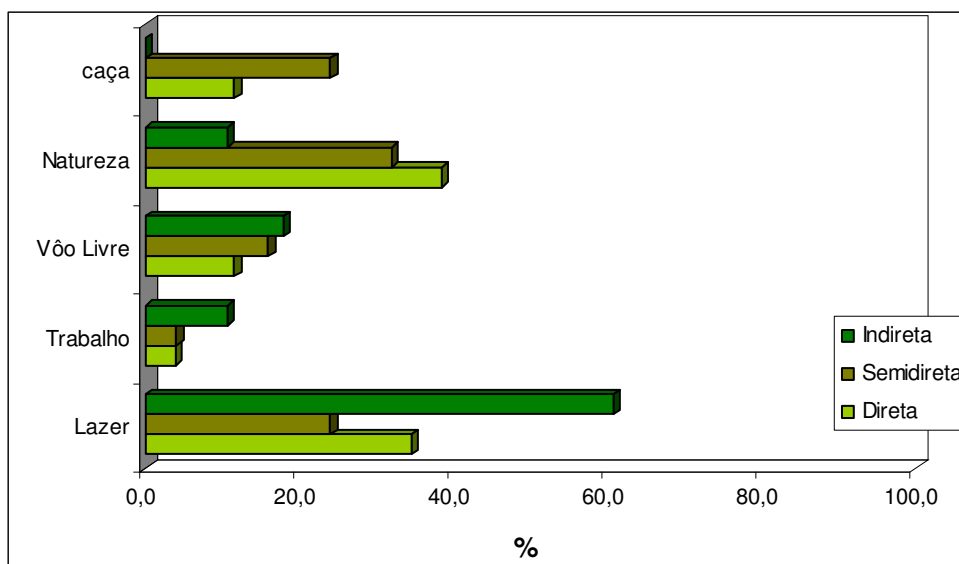


Figura 6: Motivos de visita ao morro da Atalaia.

A busca de "Lazer" foi o motivo que leva mais entrevistado de influência Indireta a visitar o Morro da Atalaia, estando em segundo lugar para o grupo de influência Direta. Apesar da corrida incessante nas cidades, os indivíduos em meio ao estresse, procuram em sua hora de lazer, tranquilidade e beleza cênica (MARENZI, 1996), e as encontra em meio à natureza, destacando o comentário da entrevistada **que afirma que quando tem tempo vai até o morro, lá encontra sossego, gosta de estar em contato com a natureza, destaca a beleza cênica que existe** (moradora, há 31 anos).

O quesito Natureza teve prioridade nas influências Direta e Semi-direta, sendo que os entrevistados identificavam a natureza como resultado de uma paisagem de beleza cênica. A entrevistada comenta **que construiu um santuário no seu jardim, pois a Natureza é bela e que propicia a reflexão, sendo que muitas pessoas visitam o lugar** (moradora há 41 anos). Pires (1993) e Marenzi (1996) constataram que a naturalidade é o elemento mais atrativo nas preferências paisagísticas.

Estes resultados confirmam que nos dias atuais, cada vez mais, as pessoas estão procurando a interação com a natureza, onde a paisagem proporciona ao indivíduo uma melhor percepção do meio. Para Machado (1999, p. 107) “a paisagem não está apenas ao alcance dos olhos, mas a disposição de todo o corpo. Sua percepção supõe não somente a visão de elementos singulares que, por algum motivo se destacam no conjunto, mas a interação da experiência individual. É dessa forma que a pessoa vivencia a paisagem e aprende seu conteúdo subjetiva e efetivamente”.

Foram, ainda, considerados em ordem de importância nos três grupos: Caça, Vão livre e Trabalho. Ressalta-se o fato de alguns entrevistados assumirem a realização de algumas atividades ilegais, entre as quais: a caça e a retirada orquídea, bromélias e lenhas, considerados crimes ambientais (BRASIL, 1998). Sendo afirmado na ocasião da entrevista pelo morador, que tinha um viveiro e adorava colecionar pássaros, ele comenta que já caçou muito no morro com seus amigos (aposentado, 65 anos); a entrevistada comenta que antigamente subia o morro para pegar lenha e água, agora não vai mais porque tem fogão a gás e água encanada (aposentada, 76 anos).

A caça ainda é uma atividade na região de Floresta Atlântica, segundo Adams (2000). Na região, também Medina (2002) e Marenzi (2004) afirmam esta prática. Para Wilhelm (2005) a caça ainda pode ser realizada por motivos de lazer.

2.6.3 Relação com a Biodiversidade do Morro da Atalaia

As Comunidades dos grupos de influência Direta e Semi-direta demonstraram ter afinidades e/ou afetividade com que se refere à biodiversidade do lugar, sendo que alguns indivíduos que residem no entorno do Morro da Atalaia, exercem uma relação direta com a fauna e flora da região, havendo assim, uma melhor relação entre os mesmos no seu dia-a-dia. Quanto às percepções dos indivíduos das comunidades, alguns comentários se destacaram entre eles, em que a entrevistada comenta que **o hobby do seu marido é tirar fotos dos pássaros e**

plantas do jardim, ele está pensando em montar uma exposição sobre a mata atlântica do seu jardim (moradora, há 11 anos); outra entrevistada afirma **que toda manhã vem vários guaxaim no seu jardim** (moradora, há 35 anos); **o entrevistado comenta que há muitos ninhos de pássaros em sua casa** (aposentado, 67 anos).

Aveline (1999, p.23) comenta a relação da sociedade especificamente com os animais, afirmando que “são eles que determinam o conjunto de presenças e irradiações que determinam o lugar, dão vida à paisagem, estimulam o reino vegetal, e são decisivos para a influência do local sobre o ser humano, sobretudo quando eles exercem um contato direto com a humanidade”. Dessa forma percebe-se o quanto à natureza é importante para a vida dos seres humanos, pelo simples fato dela existir (CAPRA, 1996).

Devido à relação que há dos indivíduos da comunidade com os animais e/ou vegetação, seus valores perceptivos à qualidade de vida e o bem-estar humano estão vinculados ao patrimônio natural, cujo papel tem um enorme peso.

As informações sobre conhecimento e/ou observação de distintas espécies de animais e plantas, são apresentadas na Tabela 10.

No quesito mastofauna foram citadas como observadas diversas espécies, entre as quais²: Tamanduá (*Tamandua tetradactyla*), gambá (possivelmente, *Didelphis albiventris*), tatu-peludo (provavelmente *Euphroctus villosus*), cachorro-do-mato (provavelmente *Atelocynus microtis*), gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*), guaxaim-do-mato (*Cerdocyon thous*) e rato-do-mato (*Wilfredomys oenax*).

Tabela 10: Número de animais e plantas que os entrevistados observaram no Morro da Atalaia.

ANIMAIS E PLANTAS OBSERVADOS NO MORRO	DIRETA	SEMI- DIRETA
--	--------	-----------------

² As citações das entrevistas tiveram como base o nome vulgar das espécies referente aos animais e plantas, cuja análise buscou o nome científico com a literatura.

DA ATALAIA	Nº DE PESSOAS	
Mastofauna	21,6	14,5
Avifauna	30,4	46,4
Répteis	32,4	11,6
Flora	4,9	4,3
Não observou	10,8	23,2
U.AMOSTRAL	100%	100%

FONTE: CAMILA R. DOS SANTOS

No caso avifauna, foram citadas diversas espécies, tais como: tucano do peito amarelo (provavelmente *Ramphados sulfuratus*), gralha-azul (*Cyanocorax caeruleus*), gaturama (*Euphonia violácea*), aracuã (*Ortalis squamata*), tico-tico (*Zonotrichia capensis*), canário-da-terra-verdadeiro (*Sicales Faveola*), sabiá (*Platycichla flavipes*), saíra (*Tangara cyanocephala*), curió (*Oryzoborus angolenses*) e trinca-ferro (*Salpator similis*). Quanto aos répteis observados, foram citados cobras e lagartos, sendo que os entrevistados não souberam especificar quais eram as espécies.

A flora também foi observada, entretanto os entrevistados não souberam especificar quais, sendo citadas somente bromélias e orquídeas.

Também Medina (2002) e Marenzi (2004) verificaram que vários entrevistados apontaram espécies de animais e aves similares em um estudo realizado na Morraria da Praia Vermelha, cujo ambiente também é constituído de Floresta Atlântica.

Todas as espécies citadas, mesmo que pelo nome vulgar, são espécies de ocorrência natural em ambiente de Floresta Atlântica, portanto, demonstrando relativo conhecimento local da comunidade.

2.6.4 Relação com o Parque da Atalaia

A categoria Parque contempla o grupo de Unidade de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido

apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, de acordo com SNUC (BRASIL, 2000) e SEUC (SANTA CARTARINA, 2001), além do fato de ser área de posse e domínio público.

Assim, tornou-se importante conhecer a opinião da comunidade sobre o fato deste tratamento diferenciado para esta área, assim como se eles sabem o que se refere à categoria Parque. No entanto, foi verificado que uma pequena quantidade de pessoas está informada a respeito da implantação do PNMA (Tabela 11), dos entrevistados das três Categorias, 66,5% não têm conhecimento sobre a criação do PNMA.

Tabela 11: Conhecimento sobre a criação do PNM da Atalaia.

CONHECIMENTO SOBRE A CRIAÇÃO DO PNMA	DIRETA	SEMI- DIRETA	INDIRETA
	Nº DE PESSOAS		
Sim	40,0	16,7	38,8
Não	60,0	83,3	61,2
U.AMOSTRAL	100%	100%	100%

FONTE: CAMILA R. DOS SANTOS

A Figura 7 revela o que os entrevistados dos três grupos entendem por "Parque Natural". Dos entrevistados, considerando as três categorias juntas, 16,8% não souberam conceituar Parque Natural. Por outro lado, daqueles que responderam, a maioria (30,4%) entre as três categorias relacionou com área de preservação da biodiversidade, e em segundo com conservação, seguida de preservação e conservação. Fato que remete a perceber que existe um significativo conhecimento do principal objetivo de um Parque.

Alguns comentários se destacaram, entre eles: **que é mesmo necessário que se preserve a biodiversidade desta região, para que as gerações futuras também possam presenciar** (Professora aposentada, 72 anos); **que não conhece nenhum Parque em Itajaí, ela fica feliz que vai ser criado o Parque Natural neste lugar tão significativo** (moradora, há 9 anos); **que é realmente importante que o Parque seja realmente efetivado, para que posteriormente seja**

preservada a biodiversidade (Professora, 36 anos); **que é muito importante a criação do PNMA, para que haja a preservação, afirmando que é amante da natureza** (estudante, 21 anos).

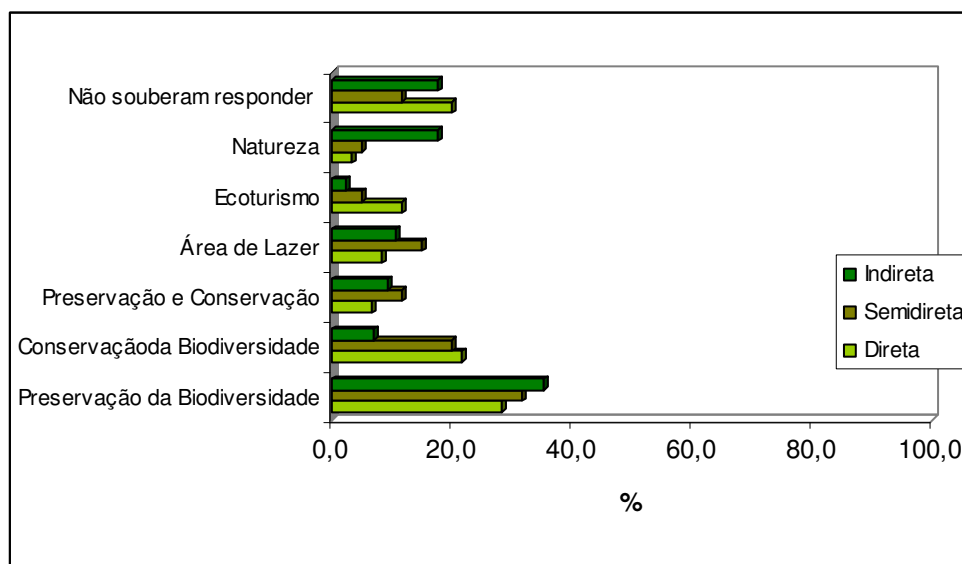


Figura 7: O que os entrevistados entendem por "Parque Natural".

Algumas pessoas, ainda, relacionaram Parque Natural com Lazer e Turismo, objetivos conferidos a categoria parque, mas turismo na modalidade de ecoturismo. No entanto, alguns dos entrevistados parecem desconhecer esta diferença peculiar, caso de uma entrevistada **que pergunta se vai ter bondinho como em laranjeiras** (moradora há 33 anos). O SNUC (BRASIL, 2000) e SEUC (BRASIL, 2001) estabeleceram o termo "Natural" na categoria de Parque Municipal para diferenciá-la de "Parque Urbano", que pode não ter o mesmo objetivo voltado à conservação da biodiversidade, ainda muitas vezes permitido o turismo "em massa" nos Parques Urbanos.

Cabe ressaltar que na pergunta aberta, "O que você acha da criação de Parque Natural?", houve similaridade das respostas, os três grupos responderam como sendo "boa a criação do Parque", apenas variando em termos como "ótimo e excelente". Este resultado demonstra que mesmo que parte das pessoas desconhecessem o conceito de Parque Natural, o termo remete a aceitação positiva, portanto, não de desconhecimento total.

Segundo Marenzi (2003) as áreas naturais passaram a ser valorizadas à medida que as paisagens foram transformadas em decorrência do processo produtivo e de urbanização. Devido a isso, a valorização dos lugares naturais passa a ser um fenômeno cotidiano, sendo que o “encantamento” de muitos habitantes do entorno da Atalaia a respeito da implantação do PNMA, é intensificado pela percepção do valor natural desta região.

Somente uma pessoa apontou de forma negativa a criação do Parque, a entrevistada comenta **que não deveria ser criado um Parque, e sim construir casas para moradia, já que tanta gente não tem onde morar** (auxiliar de museu, 57 anos). Talvez este pensamento da entrevistada se deva à falta de informação sobre um Parque Natural e/ou a falta de “consciência ecológica”, uma vez que não compreende os benefícios que um Parque pode trazer também socialmente. Marenzi (2002) ressalta que a implantação de unidades de conservação pode contribuir como geração de renda, considerando a valorização dos imóveis no entorno destas áreas, o fortalecimento do comércio local (restaurantes, artesanato, hotéis) e a possibilidade de empregos diretos (guias turísticos, fiscais, e outros).

Em alguns poucos casos, os entrevistadores conceituaram “Parque Natural” na ocasião em que o entrevistado respondia desconhecer o conceito e depois questiona sobre “o que achava disto”. Desta maneira, nesses momentos, o entrevistado deve ter sido influenciado pelo pesquisador.

Deste resultado, é possível também verificar certa similaridade em algumas das percepções, fato reforçado considerando os diferentes grupos, já que se utilizou a técnica de triangulação quanto ao universo amostral, conforme indica Vieira *et al* (2005).

No que se referem aos atrativos físicos, que possivelmente o PNMA poderá contemplar, primeiramente esta pergunta foi aberta, e após a citação dos entrevistados, o pesquisador complementava dando opções de resposta com base em infra-estruturas potenciais em Parques Naturais.

Na Figura 8 podem ser verificadas as sugestões quanto a infra-estruturas segundo os entrevistados.

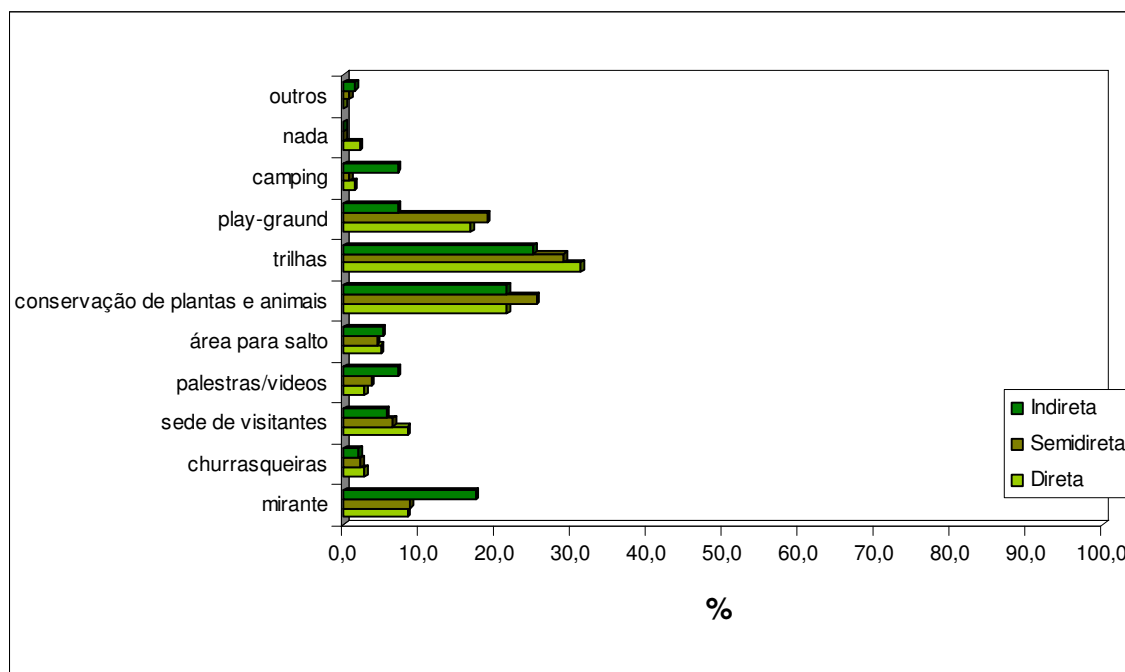


Figura 8: Sugestões de Atrativos para o PNM da Atalaia.

Com relação aos atrativos os entrevistados dos três grupos tiveram preferência, na formação de trilhas ecológicas, totalizando 84,7%, em seguida a conservação de animais e plantas com 66,4% dos entrevistados.

Também na influência Indireta foi destacada como preferência à construção de um mirante (18,5%). Cabe destacar que as influencias Direta e Semi-direta também apontaram o play-ground como quesito importante para o Parque, totalizando 43,1% dos entrevistados. A citação “todos” se refere à somatória das diversas opções nas alternativas de respostas.

Este resultado nos remete que os entrevistados demonstraram que em sua hora de lazer procuram atividades recreativas que promovam a integração com a natureza. Conforme Milano (1993) estas atividades recreativas devem, além de permitir, e promover a integração do homem com a natureza, adequar-se legal, conceitual e tecnicamente às características naturais e á categoria de manejo de onde serão

desenvolvidas, inclusive podendo exigir considerações de ordem socioeconômica ou filosófica.

As falas dos entrevistados complementam suas percepções relacionadas à questão, entre as quais, um entrevistado comenta **que gostaria que tivessem trilhas, pois ele faz “trekking”** (estudante 21 anos); uma moradora comenta que **gostaria que houvesse “play ground” para levar seus netos para passear** (aposentada, 68 anos); outro afirma que **gosta muito de fazer ecoturismo, e já visitou alguns parques naturais** (estudante, 24 anos).

Considerando que um Parque visa contemplar atividades de uso público, sendo permitida a educação ambiental, interpretação da natureza, recreação e turismo ecológico. Essas devem satisfazer seus administradores, funcionários, visitantes e as populações residentes no seu entorno. Conseqüentemente, a antropização poderá ocasionar impactos positivos quanto negativos para o meio. Fato que já se torna preocupação de alguns, manifestada no comentário sobre a necessidade de prioridade do Parque preservar a fauna e flora, achando uma “loucura” fazer churrasqueiras em cima do morro (estudante, 23 anos).

Também para Brasil (1994) *apud* Freitas *et al* (2000), os impactos negativos da presença humana decorrem da falta de planejamento, podendo causar danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade e, sobretudo, aos benefícios sócio-econômicos e ambientais, esperados a níveis regionais e nacionais. Segundo o autor, quando estas atividades são gerenciadas respeitando os princípios fundamentais que regem a manutenção das UCs podem promover a diversificação da economia regional, através da indução do estabelecimento de micros e pequenos negócios; geração local de empregos; melhoramento de infra-estrutura de transporte, saneamento e comunicações, diminuição dos impactos no plano estético-paisagístico, além de contribuir com a conscientização pública sobre o valor destas áreas.

Para que haja a participação da população, a respeito do PNMA, é necessário que as pessoas estejam informadas, sobre o que é Parque

Natural, o que pretende oferecer, quais serão os reais benefícios para os visitantes e populações residentes no seu entorno. Sendo assim, buscou-se conhecer quais os meios de comunicação mais interessantes a comunidade sobre o Parque, conforme Figura 9.

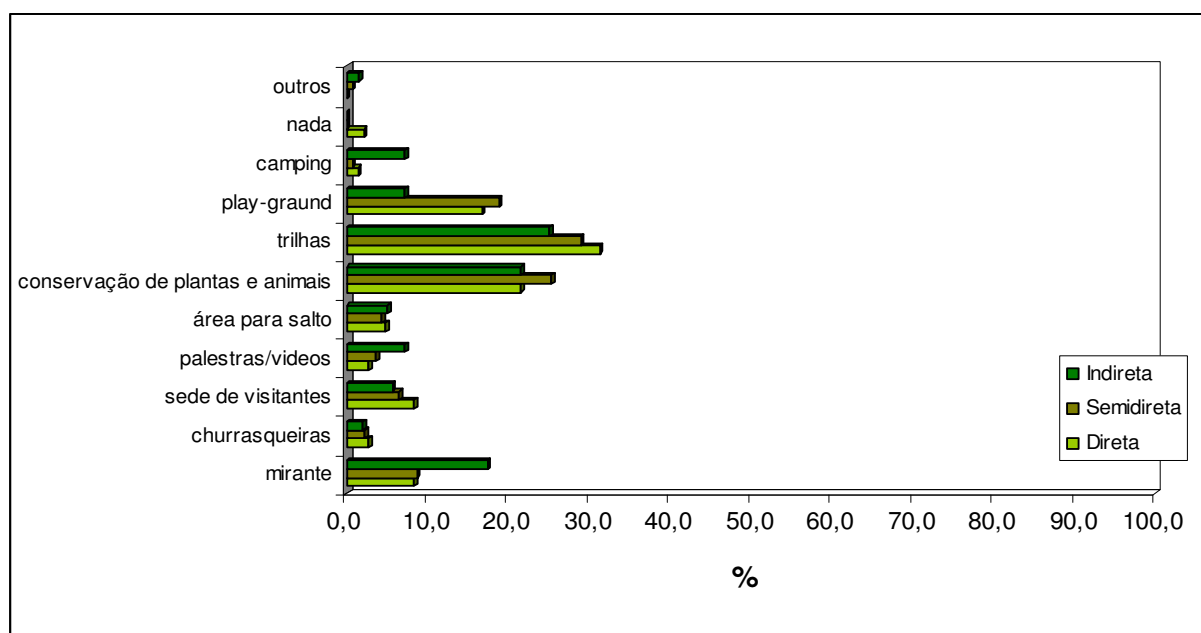


Figura 9: Meios de comunicação sugeridos.

É possível verificar que os meios de divulgação preferidos para os grupos de influência Semi-direta e Indireta. Já, o grupo de influência Direta aponta Jornal local, seguido de Rádio. Conforme Bordenave (1994) a participação é facilitada com a organização e a criação de fluxo de comunicação. Desta forma, pode-se planejar um conjunto de meios de comunicação, de maneira a atender os diferentes grupos sociais envolvidos no Parque.

Os meios de comunicação podem buscar também uma inserção ambiental, intensificando programas de Educação Ambiental, que devem possibilitar uma compreensão e apreciação mais profunda dos recursos naturais e culturais das áreas visitadas, devendo servir também, como veículo para mudanças de comportamentos, com efeitos significativos na reorientação de hábitos, atitudes e valores.

2.7 PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS SOBRE O PARQUE DO ATALAIA

Para análise da percepção institucional foram entrevistadas onze (11) representantes de instituições envolvidas com a gestão do parque, as quais: Fundação do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI, Secretaria Municipal de Educação – SME, Secretária de Estado de Desenvolvimento Sustentável, Fórum Permanente da Agenda 21, Prefeitura Municipal de Itajaí - PMI, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/SC, União dos Amigos de Itajaí – UNAMI, Central Elétrica de Santa Catarina – CELESC, Clube de Imprensa de Itajaí – CIITA, Polícia militar - PM SC / 1 BPM.

2.7.1 Identificação de Problemas no Morro da Atalaia

Um dos enfoques relacionado à percepção das instituições buscou verificar a identificação de problemas e de soluções existentes no Morro da Atalaia, bem como seus respectivos responsáveis. As questões apontadas pelas instituições podem ser observadas no Quadro 3.

Quadro 3: Identificação de problemas e soluções existentes no Morro da Atalaia e seus responsáveis.

PROBLEMAS	SOLUÇÕES	RESPONSÁVEIS
Ocupação irregular das encostas; invasões no Morro da Atalaia.	- Plano de desocupação das encostas, retirada dos ocupantes pelo poder público, realocando-os;	Sociedade Civil; Poder Público municipal, estadual e federal;
	- IPTU maior para a classe alta e deslocamento das populações de classes baixas para zonas de habitação popular;	A população que se estabeleceu irregularmente no Morro da Atalaia;
	- Diálogo entre o poder Público e ONGs ambientais;	Órgão Executivo - FAMAI;

	- Regularização fundiária;	Atos do poder Público municipal, através da criação de loteamentos;
	- Fiscalização;	Governo Federal e municipal
	- Restrições a novas construções; - Recuperação da área ocupada, restaurar a vegetação; - Remoção dos atuais moradores;	Prefeitura municipal de Itajaí;
Problemas Ambientais	- Fiscalização ambiental.	Parceria entre Órgão Executivo – FAMAI;
Ocupações no ambiente de Dunas	- Conscientização ecológica da população, principalmente à inserida no local;	Educação frágil (sem proposta de educação Ambiental);
Desmatamento e Poluição das Águas	- Criação do Parque Natural com uso sustentável;	Órgãos de fiscalização - Prefeitura municipal, FAMAI, FATMA;
Falta de Fiscalização Efetiva	- Recursos Financeiros; - Determinar fiscais para a fiscalização contínua;	Poder Público municipal estadual e federal;
Falta de Demarcação na área do PNMA	- Demarcar e informar a população dos limites do Parque;	Poder Público municipal, estadual e federal;
Falta de Infra-estrutura do PNMA	- Melhorar o acesso para o Parque; - Resolver o caso de infra-estrutura;	Poder Publico municipal, FAMAI, FATMA e IBAMA;
Desmonte do morro da Atalaia para a Construção dos molhes de entrada da Barra do rio Itajaí-Açú	- Revitalização das áreas degradadas;	As antigas administrações públicas que não tinham como parâmetro o desenvolvimento Sustentável;
Conflito Fundiário	- Equipe coordenadores e recursos disponíveis;	Poder publico municipal, FAMAI, FATMA e IBAMA;
Lançamento de Resíduos Sólidos	- Educação ambiental;	empresas que descarregam dejetos de equipamentos no morro

Caça	- Fiscalização;	Comunidade, cidadãos de Itajaí;
Exploração Econômica do local	- Fiscalização ambiental	Órgão Executivo – FAMAI
Perda da Memória Sócio-ambiental local	- Programa de resgate cultural; - Revitalização da historicidade local	FAMAI;
Exploração Econômica do local	- Fiscalização ambiental;	Órgão Executivo – FAMAI;
Violências/Drogas	- Campanhas preventivas; - Programa de combate às drogas/violência	Secretaria da Infância e Adolescência; Planejamento e Desenvolvimento Urbano (emprego renda);
Para CELESC é a restrição legal para ligar energia elétrica no Morro da Atalaia	- Não soube responder;	IBAMA, Prefeitura de Itajaí;

FONTE: CAMILA R. DOS SANTOS; NOTA: Coleta de dados na disciplina de Administração de Ecossistemas Costeiros do curso de Oceanografia da UNIVALI.

Muitos dos problemas apontados pelos entrevistados são de natureza sócio-ambiental, que esta relacionando homem e natureza, ou seja, são problemas ambientais vivenciados pelas pessoas que representaram as instituições, sendo parte da comunidade que reside em vários bairros em Itajaí e região, mas relaciona-se com Morro da Atalaia. Entre os quais, o problema mais citado foi à ocupação irregular e invasões no Morro da Atalaia. Também para Lima (2002) parte das discussões em torno dos problemas sócio-ambientais centra seus esforços na descrição do caráter limitado dos recursos naturais e da interdependência e fragilidade de ecossistemas, e denuncia como irracional e perversa a não-internalização das externalidades negativas geradas no e pelo processo de produção econômica ou de ocupação de espaço.

Visto que são muitos os respectivos problemas que estão devidamente relacionados com algumas instituições, podendo assim as mesmas atender as devidas soluções propostas.

2.7.2 Conhecimento Envolvendo a Categoria Parque Natural

Outra questão abordada se referiu ao conhecimento das instituições sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sendo que quatro (4) instituições não conheciam, e oito (8) das instituições conheciam. Atualmente a gestão de unidades de conservação tem como base o SNUC (BRASIL, 2000), e o caso de Santa Catarina também o SEUC (SANTA CATARINA, 2001). Daí a importância de que as instituições envolvidas com a implantação ou necessárias a se envolver, terem conhecimento sobre conteúdos das referidas leis.

Com relação "sobre o que é um Parque Natural Municipal", onze (11) dos entrevistados afirmaram saber, e apenas uma (1) pessoa não. No entanto quando questionamos sobre o conceito de Parque, cabe destacar que oito (8) entrevistados demonstram conhecimento e três (3) não souberam, apesar de apontarem noção de conhecimento.

Das definições, destaca-se: "área de preservação e possibilidade de turismo" (UNAMI) e "categoria dentro das UCs que visa através do Plano de Manejo, o ordenamento das atividades do município, exemplo: visitação pública, proteção, educação ambiental e pesquisa" (FAMAI); "Um Parque Natural é uma região delimitada espacialmente por um Decreto-Lei municipal e o seu principal objetivo é proteger o ecossistema de forma sustentável" (CREA/SC). Portanto, considerando que Parques Naturais são unidades de proteção integral, sendo áreas reservadas pelo poder público, requerendo ambientes primitivos dotados de excepcional valor cênico, com finalidade de resguardar a integridade do ecossistema para fins educacionais, recreativos e científicos, conforme Milano (2000), as definições estão próximas ao conceito.

Conforme ressaltado pela UNESCO (1973) in Santos *et al* (2006) "uma das dificuldades para a proteção dos ecossistemas naturais está na existência de diferenças de percepções de valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses

ambientes". Cabe ressaltar a importância desses entrevistados terem conhecimento do que é um parque, já que são representantes de instituições que terão relação direta e/ou indireta com a gestão do PNM da Atalaia .

2.7.3 Relação com o Parque da Atalaia

Sobre a relação dos representantes das instituições com questões que envolvem a implantação do Parque Natural Municipal da Atalaia, algumas questões foram abordadas, cujos resultados estão resumidos no Quadro 4.

Quadro 4: Implantação do PNM da Atalaia pelos representantes das Instituições

SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PNMA	SIM	NÃO
Freqüenta o Morro da Atalaia	9	3
Conhecimento sobre a Implantação do PNMA	12	0
Conhecimento das consequências do Decreto de Implantação	4	8

FONTE: CAMILA R. DOS SANTOS; NOTA: COLETA DE DADOS NA DISCIPLINA DE ADMINISTRAÇÃO DE ECOSISTEMAS COSTEIROS DO CURSO DE OCEANOGRAFIA DA UNIVALI.

A maioria dos entrevistados freqüenta o Morro da Atalaia, revelando ter contato com a região, provavelmente este resultado é devido aos interesses próprios, não tendo relação com suas atividades nas devidas Instituições, exceção do representante da FAMAI, que também que também exerce atividades de fiscalização na área.

Com relação ao conhecimento sobre a implantação do Parque todos os representantes demonstraram estar informadas a respeito, no entanto, sobre quais serão as consequências do Decreto de implantação, apenas oito (8) instituições conhecem.

Das instituições, dez (10) se disponibilizaram a participar do Conselho Gestor, sendo sugeridos algumas opções de atividades a serem contempladas pelas instituições, tais como, **"institucionalizar a criação e implementação do Parque, campanhas informativas e educativas"** (FAMAI), **"convênios específicos"** (UNIVALI), **"Polícia Ambiental"** (PM SC), **"programa de educação ambiental, programas de esportes" (atividades ao ar livre)** (Secretaria da Educação de Itajaí), **"espaço de construção de diálogo e saberes na definição e estratégias e ações locais"** (Agenda 21 Local), **"desencadeamento de ações pró-ativas da implantação e conservação do Parque, através de cooperação firmada por convênios do estado e município"** (PMI), **"contribuir com profissionais de áreas técnicas e humanísticas que podem colaborar com sua experiência profissional para o aprimoramento do Parque"** (CREA/SC), **"articulações inter-institucionais"** (Secretaria do Estado e Desenvolvimento Sustentável), **"campanhas informativas"** (CIITA), **"disponibilizar suporte técnico"** (CELESC).

Uma questão envolvendo a percepção dos representantes das instituições se referiu ao "que mais lhe chama atenção na área", foram apontados pontos de natureza positiva e negativa da área, alguns comentários se destacaram, entre os quais: "São áreas verdes nas encostas frente às praias, paredão rochoso frente à Atalaia, vistas da paisagem a partir do alto morro". Os pontos negativos seriam "a ocupação ilegal e/ou irregular, favelização e ocupação por bares na orla da praia" (Secretaria Municipal da Educação); "O grau de conservação, beleza cênica, segurança na questão deslizamento" (FAMAI); "É uma área que deve ser preservada, a criação do Parque deixa receio" (UNAMI).

Nota-se preocupação envolvendo a fragilidade natural da área pela situação de relevo associada à pressão antrópica. Segundo Reis *et al* (2002) *in* Camila (2006) a situação econômica precária das comunidades do entorno das unidades de conservação, a falta de programas ambientais de educação para cidadania, educação ambiental e planejamento participativo favorecem a continuidade do extrativismo predatório dentro das unidades de conservação.

Outra questão abordada foi a respeito da conservação da Floresta Atlântica, sendo questionado se a mesma traz algum benefício, se destacando alguns comentários, tais como, **“Apresenta relevância ecológica, fragmento de habitat em área urbana, manutenção de espécies bióticas, significativo recurso fitoterápico, fonte de propagação de espécies para outros remanescentes naturais”** (FAMAI); **“Contribuir para a preservação biótica e cultural”**; **“A relação entre homem e a natureza deve ser almejada para que ambos progridam de forma conjunta e contínua”** (CREA/SC); **“Benefício na economia, devido ao turismo que poderia gerar”** (CELESC).

Cabe destacar que os entrevistados das instituições reconhecem a importância da Floresta Atlântica, sendo demonstrado preocupação com a fragilidade da mesma, associado aos benefícios antropocêntricos, pois conforme Capra (1996), a percepção ambiental deve considerar o valor intrínseco da natureza.

Referente à questão, “O que a instituição espera para o futuro deste local”, alguns comentários se destacaram, entre eles, **“Preservar a biodiversidade biológica, criar corredores ecológicos, proteger paisagens e belezas cênicas notáveis, promover educação ambiental”** (FAMAI); **“Que ele seja preservado para futuras gerações evitando a possibilidade da ocupação irregular como nos grandes centros brasileiros”** (Prefeitura Municipal de Itajaí); **“Integração comunitária e conservação biológica e cultural, com geração de oportunidades locais de sustentabilidade”** (Agenda 21 local de Itajaí); **“Um lugar de convivência sustentável entre o ser humano e a natureza”** (CREA/ SC); **“Que o parque proposto realmente funcione”** (CELESC). Sendo que todas as instituições relacionaram interesse no local como Parque.

Visto que dois entrevistados evidenciaram preocupação com o futuro do Morro da Atalaia, CELESC e UNAMI, sendo a última se referiu à conservação da Floresta Atlântica e o desenvolvimento do turismo em

“massa”, que poderão desencadear impactos negativos para a área, assim perdendo o objetivo fundamental do Parque, que é a preservação da biodiversidade.

No entanto, como em Parques são previstas atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (MMA, 2004), se estas atividades forem bem planejadas poderá haver impactos positivos, como a valorização do entorno, incentivando o desenvolvimento sustentável por meio do comércio local (restaurantes, lanchonetes, artesanatos entre outros), assim como a geração de empregos (guias turísticos, funcionários para o Parque e outros), podendo ser uma alternativa econômica para a população do entorno, conforme sugerem os representantes da Agenda 21 e CREA.

2.8 ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

O Parque está inserido na região da AMFRI, onde estão incluídos Ilhota, Luís Alves, Camboriú, Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes, Penha, Piçarras, Itapema, Porto Belo e Bombinhas.

Os três primeiros municípios estão localizados no interior, destacando as atividades de banicultura e de agricultura familiar (hortigranjeiros), assim como a produção de cachaça em Luís Alves, a confecção de lingerie em Ilhota e a indústria de cerâmica em Camboriú. No entanto, estas atividades ainda não mantêm sistemas voltados ao desenvolvimento sustentável, mas apresentam potencial, principalmente a agricultura familiar em relação ao cultivo de produtos orgânicos.

Os outros municípios integram a zona costeira do centro-norte catarinense, cujo setor econômico destaca a pesca artesanal e a maricultura, atividades promissoras de sustentabilidade sócio-ambiental, desde que direcionadas para técnicas e práticas conservacionistas. Também a zona costeira se destaca pela complexidade topográfica com presença de morrarias florestadas e pelo conjunto de praias, baías e enseadas em um

litoral recortado. Portanto, a contemplação da beleza cênica e os esportes de natureza (vôo livre, surf, náutica, escalada, caminhada) são os maiores potenciais de um desenvolvimento econômico voltado ao turismo sustentável.

Ainda, toda essa região, considerando suas áreas rurais e suas peculiaridades locais, apresenta potencial ao turismo rural e ao artesanato, destacando a cerâmica, incentivando a sustentabilidade de pequenas propriedades e de artesãos.

No entanto, cabe ressaltar que o desenvolvimento econômico sustentável exige a adoção de políticas públicas voltadas ao planejamento regional e ao gerenciamento costeiro que contemple as características, fragilidades e potencialidades dos recursos naturais, assim como a valorização da diversidade cultural.

2.9 LEGISLAÇÃO PERTINENTE RELACIONADA AO PARQUE DO ATALAIA

2.9.1 Legislação Federal Pertinente

Código Florestal

O Código Florestal, Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965 (BRASIL, 1965) já previa a competência da União, Estados e Municípios, para criarem Parques, Reservas Biológicas e Florestas que se denominariam Nacionais, Estaduais ou Municipais de acordo com o âmbito de sua criação.

Considerando que parte da área da morraria do Atalaia se encontra em Áreas de Preservação Permanente (APP), o Código Florestal determina, logo em seu primeiro artigo, que essas devem ser amplamente protegidas. As APPs abrangem as florestas e demais tipos de vegetação, natural e nativa, com função ambiental de conservação dos recursos hídricos, solo,

paisagens, estabilidade geológica, biodiversidade, fluxos da fauna e flora e, ainda, a garantia do bem estar das populações humanas.

Também a Resolução CONAMA 303 (BRASIL, 2002), trata das APPs, dispondo sobre os parâmetros, definições e limites dessas áreas. Apresenta importantes considerações, como introdução às suas definições, considerando sua relevância e pertinência em relação aos objetivos centrais desse Plano de Manejo.

Considerando que as Áreas de Preservação Permanente e outros espaços territoriais especialmente protegidos, como instrumento de relevante interesse ambiental, integram o desenvolvimento sustentável, objetivo das presentes e futuras gerações; Considerando a função ambiental das Áreas de Preservação Permanente de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas, resolve [...] (BRASIL, 2002, p. 68).

O regime de proteção das APPs é bastante rígido tendo como regra a intocabilidade, admitida excepcionalmente a retirada da vegetação apenas nos casos de utilidade pública ou interesse social legalmente previsto (Código Florestal e Medida Provisória nº. 2166-67/2001).

Política Nacional do Meio Ambiente

A Lei nº 6.938, 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981) instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Em seu Artigo 2º tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, e no Artigo 9º apresenta entre os instrumentos para atender esse objetivo: “A Criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como Áreas de Proteção Ambiental, de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas”.

Cabe aqui ressaltar os artigos 2º e 4º sobre os princípios a serem seguidos na concretização de seus objetivos que são: “o uso racional do solo, do subsolo, do ar e da água, o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais, controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras e acompanhamento do estado da qualidade ambiental”.

Constituição Federal

O parágrafo primeiro do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 determina que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. O artigo trata do meio ambiente ecologicamente equilibrado, especificado o que exatamente deve fazer o Poder Público para tornar esse direito realidade.

Uma vez definido os espaços territoriais a serem protegidos, a alteração e a supressão só serão permitidas através de lei, sendo vetada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. Além disso, esse artigo exige o Estudo Prévio de Impacto Ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

Caberá ao Poder Público “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem protegidos; Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; Proteger a fauna e a flora”. O bioma de Mata Atlântica passa a ser patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

A Lei nº 9.985/2.000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação compõe uma rede de áreas naturais protegidas, selecionadas com base em um planejamento abrangente obedecendo a critérios científicos, nas quais se resguarde o maior número possível das espécies animais e vegetais, bem como os ecossistemas existentes (BRASIL, 2000). Esta Lei é regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/2002.

Em seu artigo 5º, estabeleceu que as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, BRASIL (2000, p. 3), devem

“assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”.

Maiores detalhes sobre a relação do SNUC e o Parque do Atalaia podem ser verificados no Encarte 1.

Lei de Política Nacional de Educação Ambiental

A Lei Federal nº 9.795/1999, em seu Cap II da Política Nacional de Educação Ambiental, diz respeito à Educação Ambiental Não-Formal. O Art. 13. em seu Parágrafo único, determina que: “O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação”. A mesma lei é regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.281/2002.

Lei de Mata Atlântica

A Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. O Art. 1º estabelece que a conservação, a proteção, a regeneração e a utilização deste Bioma observarão o que estabelece esta Lei, bem como a legislação ambiental vigente, em especial a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. O PNMA é parte integrante do bioma Mata Atlântica conforme as considerações do Art. 2º:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se integrantes do Bioma Mata Atlântica as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. (BRASIL, 2006)

Até agora contávamos apenas com o Decreto 750/93 para regulamentar isso de uma forma muito embrionária e confusa, sendo que essa lei vem superar problemas do desse Decreto.

A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável (Art. 6º), e observarão os princípios da função socioambiental da propriedade. É a primeira vez que estas questões aparecem numa lei, iniciando o reconhecimento para quem protege. Asseguradas pelas condições apresentadas no Art. 7º.

Art. 7º A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica far-se-ão dentro de condições que assegurem:

- I - a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico do Bioma Mata Atlântica para as presentes e futuras gerações;
- II - o estímulo à pesquisa, à difusão de tecnologias de manejo sustentável da vegetação e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de recuperação e manutenção dos ecossistemas;
- III - o fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico;
- IV - o disciplinamento da ocupação rural e urbana, de forma a harmonizar o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ecológico. (BRASIL, 2006)

O Art. 11 determina que está vedado o corte e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica nas seguintes condições:

- a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;
- b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;
- c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;
- d) proteger o entorno das unidades de conservação; ou
- e) possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (BRASIL, 2006)

Essas considerações colocam o PNMA e Zona de Amortecimento na condição de que a intervenção com o corte e supressão de vegetação será considerada crime contra o meio ambiente. Os órgãos competentes adotarão as providências necessárias para o rigoroso e fiel cumprimento desta Lei

Está previsto no Art. 33 que o Poder Público estimulará, com incentivos econômicos, a proteção e o uso sustentável do Bioma Mata Atlântica. Sobre a função social e interesse público de conservação em imóvel rural ou urbano.

O PNMA estando dentro Bioma Mata Atlântica cumpre função social e é de interesse público conforme o Art. 35.

Art. 35. A conservação, em imóvel rural ou urbano, da vegetação primária ou da vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica cumpre função social e é de interesse público, podendo, a critério do proprietário, as áreas sujeitas à restrição de que trata esta Lei ser computadas para efeito da Reserva Legal e seu excedente utilizado para fins de compensação ambiental ou instituição de cota de que trata a Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Parágrafo único. Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, as áreas de preservação permanente não integrarão a reserva legal.

O Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, possível recurso para futuros projetos e pesquisas no PNMA, conforme determina o Art. 38.

Art. 38. Serão beneficiados com recursos do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica os projetos que envolvam conservação de remanescentes de vegetação nativa, pesquisa científica ou áreas a serem restauradas, implementados em Municípios que possuam plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

§ 1º Terão prioridade de apoio os projetos destinados à conservação e recuperação das áreas de preservação permanente, reservas legais, reservas particulares do patrimônio natural e áreas do entorno de unidades de conservação.

§ 2º Os projetos poderão beneficiar áreas públicas e privadas e serão executados por órgãos públicos, instituições acadêmicas públicas e organizações da sociedade civil de interesse público que atuem na conservação, restauração ou pesquisa científica no Bioma Mata Atlântica. (BRASIL, 2006)

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

O Decreto nº 5.300, de 7 de Dezembro de 2004, regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Esse Decreto define normas gerais visando à gestão ambiental da zona costeira do País, estabelecendo as bases para a formulação de políticas, planos e programas federais, estaduais e municipais.

O Art. 3º estabelece os limites da zona costeira brasileira, tanto a sua faixa marítima correspondente a 12 milhas (mar territorial), como uma faixa terrestre, correspondente aos limites territoriais dos municípios que compõem a zona costeira.

O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC é apresentado no Art. 7º como instrumento para gestão da zona costeira, o mesmo orienta o processo de ordenamento territorial, necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira.

O IBAMA Concederá licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades de impacto ambiental de âmbito regional ou nacional incidentes na zona costeira, e promoverá a implantação de unidades de conservação federais e apoiar a implantação das unidades de conservação estaduais e municipais na zona costeira. (Art. 12º)

O Plano de Intervenção instrumento para a gestão da orla marítima, como base no reconhecimento das características e nas formas de uso e ocupação existentes e projetados. E em conformidade com o planejamento federal, estadual e municipal de zona costeira. (Art. 25)

Os trechos da orla marítima serão enquadrados nas seguintes classes genéricas conforme o Art. 27:

I - classe A: trecho da orla marítima com atividades compatíveis com a preservação e conservação das características e funções naturais, possuindo correlação com os tipos que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de conservação e baixo potencial de poluição;

II - classe B: trecho da orla marítima com atividades compatíveis com a conservação da qualidade ambiental ou baixo potencial de impacto, possuindo correlação com os tipos que apresentam baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente modificadas pela atividade humana e médio potencial de poluição;

III - classe C: trecho da orla marítima com atividades pouco exigentes quanto aos padrões de qualidade ou compatíveis com um maior potencial impactante, possuindo correlação com os tipos que apresentam médio a alto adensamento de construções e população residente, com paisagens modificadas pela atividade humana, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição sanitária, estética e visual. (BRASIL, 2004)

As unidades de conservação são apresentadas como estratégias de ação e forma de uso e ocupação do território, as UC's de proteção integral estão inseridas na classe A e as UC's de uso sustentável estão inseridas na classe B ambas em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. (Art. 28)

Assim o ZEEC apresenta-se como mais uma ferramenta para estratégias e ações no Plano de Manejo do PNMA.

Quadro 5: Síntese dos Instrumentos Legais Federais

INSTRUMENTO LEGAL	DATA	RESUMO
Lei nº 4.771	15.09.65	Institui o Novo Código florestal
Decreto nº 84.017	21.09.79	Aprova o regulamento dos Parques nacionais Brasileiros
Lei nº 6.902	27.04.81	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental.
Resolução CONAMA nº 4	18.09.85	Transforma em Reservas Ecológicas as formações florísticas e as áreas de preservação permanente do artigo 18, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.
Resolução CONAMA nº 4	18.06.87	Declara diversas Unidades de Conservação como sítios ecológicos de relevância cultural
Resolução CONAMA nº 11	03.12.87	Categorias de Unidades de Conservação
Lei nº 7.661	16.05.88	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC.
Constituição Federal	05.10.88	Trata da proteção ao Meio ambiente no Artigo 225, Capítulo VI do Meio Ambiente.
Resolução CONAMA nº 10	14.12.88	Dispõe sobre as Áreas de Proteção Ambiental
Resolução CONAMA nº 11	14.12.88	Proteção às Unidades de conservação
Portaria nº 828	01.06.90	Título de reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural RPPN
Decreto nº 99.274	06.06.90	Regulamenta a Lei nº 6.902/1981 e a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional de Meio Ambiente).
Resolução CONAMA nº 13	06.12.90	Proteção dos Ecossistemas do Entorno das Unidades de Conservação
Decreto Federal - 750/1993	10.02.93	Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.
Resolução CONAMA -10/1993	1.10.93	Estabelece parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica.

Resolução CONAMA - 04/1994	04.05.94	Define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina.
Portaria n º 216	15.07.94	Aprova o Regimento Interno do conselho Nacional de Unidades de Conservação CNUC
Portaria n º 91-N	02.09.94	Regulamenta a Pesquisa Científica em Unidades de Conservação CNUC
Decreto n º 1.298	27.10.94	Aprova regulamento das Florestas Nacionais.
Resolução nº 03 CONAMA - 04/1996	18.04.96	Define vegetação remanescente de Mata Atlântica, expressa no artigo 4º, parágrafo único do Decreto 750/93.
RESOLUÇÃO nº 02 CONAMA - 04/1996	18.04.96	Determina o licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, assim o EIA/RIMA terá como um dos requisitos a implantação de UC, de domínio público e uso indireto.
Decreto n º 1.922	05.06.96	Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
Resolução CONAMA - 09/1996	24.10.96	Define corredores entre remanescentes (para fins do artigo 7º do Decreto 750/93) e estabelece parâmetros.
Resolução CONAMA - 261/1999	30.06.99	Aprova o parâmetro básico para análise dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para o Estado de Santa Catarina.
Lei 9.985	18.07.00	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Lei 10165	27.12.00	Altera a Lei 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e dá outras providências.
Decreto Federal - 3.834/2001	05.06.01	Regulamenta o artigo 55 da Lei 9.985/00.
Resolução CONAMA 278/2001	24.05.01	Dispõe contra corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica
Resolução CONAMA 303/2002	20.04.02	Estabelece parâmetros, definições e limites referentes às Áreas de Preservação Permanente.
Resolução CONAMA - 317/2002	04.12.02	Regulamentação da Resolução Nº. 278/2001.
Decreto Federal - 4.340/2002	22.08.02	Regulamenta artigos da Lei no

		9.985/2000 (SNUC) e dá outras providências.
Resolução CONAMA - 331/2003	25.04.03	Institui a Câmara Técnica de Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas.
O Decreto nº 5.300	07.12.04	Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, define normas gerais visando à gestão ambiental da zona costeira do País.
Lei 11132	04.07.05	Acrescenta artigo à Lei 9.985/2000 (SNUC)
MP-327-2006	31.10.06	Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em UCs, acrescenta dispositivos à Lei nº. 9.985/2000.
LEI nº 11.428	22.12.06	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

2.9.2 Legislação Estadual Pertinente

Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina

A Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina 1989, em seu Art. 9º, determina, "Estado exerce competências, com a União e os Municípios de proteger o meio ambiente e combater a poluição, preservar as florestas sua fauna e sua flora".

Apresenta como normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano em seu Art. 141: "A política de uso e ocupação do solo, e a criação de áreas de especial interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública".

No que diz respeito à desapropriação de terras para conservação ambiental está definida no Art. 148 "As terras públicas e devolutas se destinarão, de acordo com suas condições naturais e econômicas, à preservação ambiental ou assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, até o limite máximo de vinte e cinco hectares por família".

O Art. 181 determina que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

As áreas de interesses para conservação estão definidas no Art. 184:

Art. 184 - São áreas de interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes homologada pela Assembléia Legislativa, preservados seus atributos especiais: a Mata Atlântica; a Serra Geral; a Serra do Mar; a Serra Costeira; as faixas de proteção de águas superficiais; as encostas passíveis de deslizamentos.

Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Santa Catarina – SEUC

O SEUC foi instituído pela Lei nº 11986, de 12 de novembro de 2001, sendo o conjunto organizado de áreas naturais protegidas (unidades de conservação federais, estaduais e municipais) que, planejado, manejado e gerenciado como um todo é capaz de viabilizar os objetivos naturais de conservação (Santa Catarina, 2001).

Projeto Orla em SC

O Projeto Orla em Santa Catarina (Decreto nº 3.077, de 20 de abril de 2005, institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla, CTE-Orla), trará uma gestão compartilhada e descentralizada, da área de marinha litorânea, supervisionada e avalizada pelo recém instituído Comitê Técnico Estadual do Projeto Orla (CTE-Orla). Ampliando, assim, a capacidade das mesmas para a gestão ambiental do conjunto municipal, logo, um reforço para ações de gerenciamento costeiro desenvolvidas em âmbito estadual.

Itajaí está entre os municípios que assinaram os termos de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Orçamento Planejamento e Gestão (responsável pelo SPU/GRPU's).

Quadro 6: Sínteses dos Instrumentos Legais Estaduais

INSTRUMENTO LEGAL	DATA	RESUMO
DECRETO Nº. 13.381	21.01.81	Institui o Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado,
DECRETO Nº. 13.382	21.01.81	Institui o Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente - FEPEMA.
LEI Nº 11.986	12.11.01	Institui O Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e adota outras providências.
DECRETO Nº 2.109	05.08.97	Cria o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí - Comitê Itajaí.
DECRETO Nº. 1.710	13.11.00	Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina
PORTARIA Nº 078/04	18.11.04	Estabelece os critérios para fins de definição e aplicação das medidas de compensação ambiental decorrentes do licenciamento ambiental de significativo impacto ambiental, das autuações ambientais transacionadas e dos usos legais APP's.
DECRETO Nº 3.077	20.04.05	Institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla.

2.9.3 Legislação Municipal Pertinente**Política Municipal de Meio Ambiente**

A Lei Complementar nº 9/2000 Instituí a Política Municipal de Meio Ambiente, tendo por objetivo o desenvolvimento econômico-social com a conservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico atendendo aos interesses do Município, do Estado e da União.

O Art. 5º apresenta os instrumentos para atender os objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente o qual destacamos no Plano de Manejo do PNMA a educação ambiental e a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação no âmbito deste Município.

Considerando as áreas de APP's dentro do parque e zona de amortecimento conforme o apresentado no Zoneamento a Política Municipal de Meio Ambiente determina:

Art. 20º Consideram-se APP's as encostas ou partes destas com declividade igual ou superior a 45º equivalente a 100% na linha de maior declive; as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.

No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas no perímetro urbano definido por lei municipal, observar-se-á o disposto na respectiva lei de zoneamento e uso do solo, sempre respeitados os limites e princípios deste artigo.

Art. 21º Nas áreas de preservação permanente é vedado o corte raso da vegetação, a escavação do terreno, a exploração mineral, o emprego de agrotóxicos ou biocidas e o lançamento ou depósito de quaisquer tipos de dejetos, ressalvadas as obras de saneamento, ouvida a FAMAI.

Caberá a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ITAJAÍ, Implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação localizadas em áreas protegidas por lei, tais como: matas nativas, dunas, restingas, manguezais, encostas e recursos hídricos, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora, fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ambiental.

O Decreto Municipal 7.117, de 28/05/04, estabelece a "desapropriação da área para fins de criação do Parque Municipal do Atalaia", compreendendo uma área de 19 ha.

O Decreto nº 8107/2007, 25.01.2007, Dispõe Sobre A Criação e Instalação do Parque Natural Municipal do Atalaia (Anexo 1).

Plano Diretor de Itajaí

O Plano Diretor é uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade. O primeiro Plano Diretor de Itajaí é de 1971 e revisado na década de 80. O atual tem o desafio de planejar a cidade para os próximos 10 anos.

Art. 2º "O Plano Diretor de Gestão e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí é instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento territorial, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no Município".

A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento local equilibrado nas dimensões sociais, econômica e ambiental, apoiando-se em

objetivos como a recuperação, proteção, conservação, preservação e educomunicação do ambiente natural e do patrimônio cultural (Art. 8º).

A política de gestão ambiental do Município tem como base a Política Nacional e Estadual do Meio Ambiente e integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente. (Art. 49). A qual determina:

Art 50 A Política Ambiental, articulada com a Política de Gestão e Desenvolvimento Territorial de Itajaí observará as seguintes diretrizes:

- I -** orientar as decisões de intervenção e investimentos públicos e privados em Itajaí, a partir da Política Ambiental Municipal e das legislações de caráter ambiental e de patrimônio cultural;
- II -** promover e assegurar a sustentabilidade ecológica e a elevação da qualidade do ambiente de Itajaí, conservando os recursos naturais e os ecossistemas naturais e modificados, em conjunto com os demais municípios da zona costeira e da bacia hidrográfica;
- III -** estimular a democratização e a descentralização da gestão territorial por meio da adoção de práticas de participação, cooperação e co-responsabilidade;
- IV -** estabelecer os instrumentos de gestão do território compatíveis com as diretrizes para ocupação do solo, de acordo com o zoneamento ecológico-econômico;
- V -** estabelecer espaços naturais protegidos e controlar o uso e a ocupação das áreas de preservação permanente estabelecidas pelas leis vigentes, incluindo-se a Macrozona de Preservação Ambiental definida pelo Plano Diretor;
- VI -** articular-se à gestão integrada dos recursos naturais, contribuindo na formulação, implementação e gerenciamento de políticas, ações e investimentos demandados;
- VII -** promover a integração das áreas verdes e espaços naturais protegidos a fim de estabelecer corredores ecológicos associados ao zoneamento ecológico-econômico;

As áreas verdes públicas e privadas do Município constituem o Sistema Municipal de Áreas Verdes (Art. 87), o qual tem como objetivos ampliar as áreas verdes, assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental e do patrimônio cultural (Art. 88). As ações estratégicas do Município em relação ao Sistema de Áreas Verdes em relação ao Plano de Manejo PNMA e futuras UC's no município de Itajaí destacam-se no Art. 89 as seguintes ações:

- Criar interligações entre as áreas verdes para estabelecer interligações de importância ambiental regional;

- Implantar programa de educação ambiental nas escolas públicas municipais;
- Utilizar áreas remanescentes de desapropriações para a implantação de Parques e Praças;

Para orientar o ordenamento e a gestão territorial do Município de Itajaí serão definidos: o Macrozoneamento e o Zoneamento. (Art. 95). O macrozoneamento tem por finalidade definir diretrizes para orientar o desenvolvimento de acordo com as características físicas, sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada região sendo dividido em sete macrozonas conforme definidas no art. 96.

O PNMA está inserido na Macrozona de Proteção Ambiental, considerando que acima da quota 20 é área de preservação permanente (APP), sendo:

MZPA – Macrozona de Proteção Ambiental, destinada a usos de baixo impacto que não conflitem com a preservação ambiental e cultural à preservação ambiental permanente, conforme definição do Zoneamento.

2.10 POTENCIAL DE APOIO À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Apesar da administração do parque ser de competência da FAMAI, é importante a inserção de outras instituições para o sucesso de sua implantação e efetivação, incluindo não somente o apoio de recursos financeiros, mas de recursos humanos. Esse apoio humano já vem existindo, seja por parte dos atores sociais que vem participando do processo de planejamento, seja por parte dos representantes de instituições, que direta ou indiretamente tem interesse no processo.

O processo de planejamento não apresentou conflitos contrários a criação do Parque, mas sim a área decretada como tal, já que parcela considerável dos participantes apoiou a definição de uma área que contemplasse toda a Morraria do Atalaia, aproximadamente 96 ha. Portanto, é percebido que além do apoio ao Parque, esses atores sociais reivindicam uma área maior, contemplando a inclusão da Zona de Amortecimento, estabelecida nesse Plano de Manejo a inclusão. Para Santos *et al* (2005) a utilização de métodos participativos pode ser uma importante

ferramenta para a viabilização da democracia e da participação ativa em tomadas de decisão sobre os temas de interesse público, sendo que a oportunidade de envolvimento dos atores no processo de planejamento do Parque oportunizou, se não atender a reivindicação, mas o estabelecimento de programas que busquem contemplar esse desejo coletivo no futuro.

Considerando a pesquisa realizada com os representantes institucionais, dos onze entrevistados apenas um afirmou não ter interesse em participar da gestão do Parque e todos afirmaram ter interesse em vincular o nome da instituição à gestão. No entanto, nenhum apontou participar com patrocínio financeiro, dois afirmaram interesse em participar por meio da promoção de campanhas informativas e educativas, cinco em participar com disponibilidade de suporte técnico. Outras formas de apoio foram citadas, as quais: institucionalizar a criação e implementação; articular inter institucionais, promover encontros com comunidade local para tratar do assunto, trabalhar em conjunto de educação ambiental, fiscalizar, possibilitar espaços para reuniões.

Portanto, além dessas instituições entrevistadas, é possível apontar potencial apoio de outras instituições envolvidas ou não no processo participativo, as quais: Porto de Itajaí, SEMASA, Secretaria Municipal de Educação, UNIVALI, mais especialmente por meio dos Laboratórios de Implantação e Manejo de UC, de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto e de Educação Ambiental, Empresa SEARA, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Agenda 21, IBAMA/CEPSUL, FITUR - Fundação Itajaiense de Turismo, Centro Regional de Atendimento ao Cidadão do Bairro Fazenda e Praia Brava, ASPI - Associação de Surf das Praias de Itajaí Associação de Moradores do Bairro, Fazenda Associação de Moradores da Fazendinha, Câmara de Vereadores de Itajaí, Associação Resistência Verde, Associação de Vôo Livre, Movimento Verdade Ambiental, Associação de Cabeçadas.

Desta forma, uma vez que os representantes das instituições mostraram-se interessados em participar do processo, a gestão do parque

deve estar buscando estas parcerias, somada ao envolvimento da comunidade por meio da participação ativa.

2.11 REFERÊNCIAS

AB' SABER, A. N. 2001. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 280 p.

ADAMS, C. **Caiçaras na mata atlântica**: Pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume, 2000. 336 p.

ARAÚJO, S.A.; HAYMUSSI, H.; REIS, F.H.; SILVA, F.E. **Caracterização Climatológica do Município de Penha, SC**. P. 11-18 in BRANCO, J.O.; MARENZI, A.W.C. **Bases Ecológicas para o Desenvolvimento Sustentável**. Itajaí: Projeto Aves Marinhas, 2006.

AVELINE, C. C. **A Vida Secreta da Natureza** – uma iniciação à ecologia profunda. Blumenau: FURB, 1999. 133 p.

BONTUR – Bondinhos Aéreos. Projeto Parque Escola: A diversão que educa. Balneário Camboriú, 2000 (cartilha ambiental)

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Lei nº. 4.171**, de 15 de setembro de 1965. Institui as Leis dos Crimes Ambientais. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9985**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Comissão de defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias: Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília, 2000.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 261**. Estabelece os parâmetros básicos para a análise dos estágios de sucessão da Restinga. Brasília, 1999.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o sistema

Nacional de Conservação da Natureza e dá outras providências; e Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002 que regulamenta os artigos da Lei nº. 9.985. 5 ed. Ministério do Meio Ambiente – MMA, Brasília, 2004b.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**: Uma nova visão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, S. V. **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio ambiente, São Paulo: USP, 2001. 176 p.

EMBRAPA, 2004 – ver fabiano

FARIAS, V. F. **Sombrio: natureza, história e cultura**. Sombrio: Edição do autor, 2000. 328 p.

FREITAS, W. K. *et al.* **O perfil dos visitantes na Floresta da Tijuca (PNT-RJ)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2000, Campo Grande. Anais, vol II... Campo Grande: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza - Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2000.

GOOGLE EARTH. Disponível em: www.earth.google.com – Acesso em agosto de 2006.

IBAMA. **Instrução normativa nº 03/03**. Lista da Fauna Silvestre Ameaçada de Extinção. Brasília, 2003.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA (IBGE). Disponível em: < [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) > Acesso 10 de maio de 2006.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. LANDSAT TM 5. Escala 1: 50.000. São José dos Campos, 2000. Imagem de Satélite.

IUCN I. **Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas de Extinção**, 2003. Disponível em: < [http:// iucn.br/lista](http://iucn.br/lista) > Acesso em 01 mar 2004.

JORDANA, J. C. C. **Curso de Introducción al Paisaje: Metodologías de Valoración**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná / Universidad de Cantabria, 1992, 60p. (apostila).

KLEIN, R. M. 1979. **Ecologia da Flora e Vegetação do Vale do Itajaí**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 163 p. (Sellowia, n. 31).

KLEIN, R. M. 1980. **Ecologia da Flora e Vegetação do Vale do Itajaí**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 387 p. (Sellowia, n. 32).

LENZI, R.M. **Itajaí: outras histórias**. Itajaí, Santa Catarina, p. 13-90 e 153-168, 2002.

MACHADO, L. M. C. P. **Paisagem valorizada: A serra do mar como espaço e como lugar**. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, LÍVIA. **Percepção ambiental: A experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, São Carlos: EDUSFCar, 1999. p. 97 - 119.

MARENZI, R. C. **Ecologia da Paisagem da Morraria da Praia Vermelha (Sc): Subsídio à Conservação da Biodiversidade de uma Área Costeira**. Curitiba, 150 p. Tese (Doutorado em Conservação da Natureza) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. 2004.

MARENZI, R. C. **Estudo da Valorização da Paisagem e Preferências Paisagísticas no Município da Penha – SC**. Curitiba, 1996. 119 p. Tese (Dissertação em Conservação da Natureza) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

MARENZI, R. C. **Implantação e Manejo de Unidades de Conservação**. Itajaí: Univali. (apostila referente ao mini curso do Congresso Brasileiro de Zoologia). 2002.

MARENZI, R. C.; FRIGO, F. **Diagnóstico prévio da situação do estado de Santa Catarina**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ENGENHARIA AMBIENTAL, 2., 2003, Itajaí. Livro de Resumos. Itajaí: UNIVALI, 2003. P. 87.

MARENZI, R.C; FRIGO, F.; ECCEL, R.; SCHIMIDT, A.D. **Unidades de Conservação de Santa Catarina: Base Preliminar de um Diagnóstico**

de Situação. In 3º Simpósio de Áreas Protegidas: repensando escalas de atuação, 2005. Pelotas. Anais...Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2005.

MEDINA, M. G. **Relação da Comunidade sobre a biodiversidade e conservação na Morraria da Praia Vermelha, Penha/SC.** Itajaí, 2002. 86 p. Trabalho de conclusão de curso. Universidade do Vale do Itajaí SC.

MILANO, M. S. **Curso de manejo de áreas protegidas.** Curitiba: UNILIVRE, 1993. 91 p.

MILANO, M. S. **Mitos do manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaçada.** In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Fundação o Boticário, 2000. p. 11-25.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Para Que Parques?* In: Ambiente Brasil, Jornal Eletrônico, 14 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>> Acesso em: 14 jul. 2004.

PIRES, P. S. **Avaliação da qualidade visual da paisagem na região carbonífera de Criciúma-SC.** Curitiba, 1993. Dissertação (mestrado) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. 96 p.

PMI – Prefeitura Municipal de Itajaí. **Projeto de elaboração do Plano Diretor de Itajaí. Leitura técnica preliminar.** Itajaí. UNIVALI, 2005.

RODERJAN, C. V. & KUNIYOSHI, Y. S. **Macrozoneamento florístico da Área de Proteção Ambiental APA – Guaraqueçaba.** Curitiba: FUPEF Série Técnica, n. 15, 1988. 53 p.

RODERJAN, C. V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S. & HATSCHBACH, G. G. **As unidades fitogeográficas do Estado do Paraná, Brasil.** Revista Ciência e Ambiente, Santa Maria, n. 24, 2000. p. 75-93.

SANTA CATARINA. **Atlas de Santa Catarina,** Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986

SANTA CATARINA. **Lei nº 11968/01.** Instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da natureza. Florianópolis, 2001.

SANTOS, A. D.; GAMA, A. F. C. M.; FARIA, A. A. C.; SOUSA, J. A., MELO, L. R. O.; CHAVES, M. B. F.; NETO, P. S. F. **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços sociambientais**. IBE -Instituto internacional de educação do Brasil. São Paulo : Peirópolis, 2005.

SANTOS, C. R. WILHELM, K. **Percepção da Comunidade sobre a Implantação do Parque Natural Municipal da Atalaia, Itajaí-SC**. Itajaí, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Vale do Itajaí.

SEVERINO, J. R. **Itajaí-146 anos de história**, 2006. Disponível em http://fgml.itajai.sc.gov.br/historia_itajai_lst.php. Acessado em 01 de maio de 2007.

SICK, H. **Ornitologia brasileira, uma introdução**. Brasília: Editora de Brasília, v. 1, 1985. 338 p

SILVA, J. B. R. **Trabalho urbano e etnicidade na Foz do Itajaí-Açu, 2005**. Disponível em <http://fgml.itajai.sc.gov.br/historia_itajai_lst.php> Acessado em 01 de maio de 2007.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas dos municípios da Mata Atlântica**. Disponível em: < [http:// www.sosmataatlantica.org.br](http://www.sosmataatlantica.org.br) > Acesso em: 23 out. 2005.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras,

TUAN, Y-F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, A. J. C. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 192 p.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

WIKIPÉDIA. Itajaí. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>: acessado em 22 de março de 2007.

WILHELM, K. **Percepção da Comunidade de Penha/SC sobre A Pipile Jacutinga: "Rumo a Extinção da Memória"**. Curitiba, 2005. Trabalho de Especialização. Universidade Tuiuti do Paraná.

Sites consultados – Item Legislação Pertinente

www.lei.adv.br

www.ibama.gov.br

www.mma.gov.br

www.pinheiropedro.com.br/biblioteca

www.revistaambientelegal.com.br

www.fatma.sc.gov.br



ANEXO 2

LABORATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Análise da Percepção dos Moradores sobre a Implantação do Parque Natural Municipal do Atalaia - Itajaí

O Objetivo Geral do presente questionário, visa subsidiar uma análise da percepção dos moradores sobre a proposta de implantação do Parque Natural Municipal do Atalaia. Os Objetivos Específicos são:

- Entender o perfil dos moradores da área de estudo;
- Obter informações sobre o Conhecimento Local;
- Subsidiar o Plano de Manejo de Parque
- Identificar os atores sociais na gestão do Parque

Local da entrevista: _____ Pesquisador: _____
Data: _____

PERFIL DO MORADOR

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Gênero: Masculino () Feminino ()
4. Naturalidade: _____
5. Grau de escolaridade: _____
6. Profissão: _____
7. Renda Mensal: _____ Classe baixa _____ média _____ alta _____
8. Residência: Própria: _____ Alugada: _____ Outro: _____
9. Tempo de Residência: _____
10. Componentes da Residência:
Pai () Mãe () Filhos () Outros () _____

PERCEPÇÃO DO MORADOR

- 1-Cite "coisas boas" sobre o local onde mora:
- 2-Cite problemas existentes no local onde mora:
- 3-Você costuma visitar o Morro do Atalaia:
() Sim () Não
- 4-Com que frequência?
- 5-Com que motivo?



6-Você sabia que está para ser criado o Parque Natural Municipal do Atalaia?

() Sim () Não

7-O que você acha disto?

8- O que você entende por Parque Natural?

9-Qual a importância de um Parque Natural?

10- Quem são os proprietários do Morro da Atalaia?

11-Cite animais e plantas que você já observou no Morro da Atalaia:

12a- O que você gostaria que o Parque da Atalaia oferecesse? **(primeira pergunta aberta)**

12b) **Após, sugestões:**

() mirante () churrasqueiras () sede de visitantes () palestras/vídeos () área para salto

() conservação de plantas e animais () trilhas () play-ground () camping () nada ()

outros

14-Como você gostaria de obter informação sobre o futuro Parque Municipal da Atalaia:

() palestras () vídeo () folder () jornal local

() não gostaria () rádio () TV

15- Quem você gostaria que o representasse nas discussões sobre o Parque da Atalaia (Conselho Gestor)?.

-----Recortar

**Obrigado por ter participado da Pesquisa Análise da Percepção dos Moradores
sobre a Implantação do Parque Natural Municipal do Atalaia – Itajaí**

Saiba que: Os Parques são Unidades de Proteção Integral, que tem “como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e ecoturismo”

ANEXO 3**ADMINISTRAÇÃO DE ECOSSISTEMAS COSTEIROS****“Subsídios para a Análise da Percepção dos Atores Governamentais e Não Governamentais em Relação ao Morro da Atalaia – Itajaí - SC”**

O Objetivo Geral do presente questionário, visa subsidiar uma análise da percepção dos atores governamentais e não governamentais sobre o Morro da Atalaia – Itajaí - SC

Os Objetivos Específicos são:

- Entender o perfil dos atores frente ao processo de conservação da natureza e implementação de um Parque;
- Entender o nível de conhecimento dos diferentes atores sobre o Morro da Atalaia;
- Contribuir com o Poder Público local para tomada de decisões;
- Identificar os principais problemas, políticas públicas incidentes para subsidiar a implantação do PMNA – Itajaí – SC; e
- Identificar parcerias entre os atores governamentais e não-governamentais.

PERFIL DO ATOR

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Gênero: Masculino () Feminino ()
4. Naturalidade: _____
5. Grau de escolaridade: _____
6. Profissão: _____
7. Cargo: _____

PERFIL DA ENTIDADE

- Nome da entidade: _____
- Atividade: _____
- Tempo de atuação na região: _____ anos
- Número de funcionários/colaboradores: _____
- Atuação da entidade:
- () bairro: _____
- () Itajaí
- () Santa Catarina
- () Brasil
- () outros: _____

IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS, ATORES E SOLUÇÕES:

Liste os principais problemas existentes no Morro da Atalaia.

Quais são as soluções para os problemas levantados ?



Quem na sua opinião são os responsáveis pela solução dos problemas apontados?

VISÃO GERAL SOBRE AS POLITICAS PÚBLICAS ATUANTES NA ÁREA DE ESTUDO

Você possui conhecimento sobre a legislação ambiental brasileira?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

Você sabe o que é o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro?

☐ sim ☐ não

Você já ouviu falar no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC?

☐ sim ☐ não

Você sabe o que é um Parque Natural Municipal?

☐ sim ☐ não

Justifique:

Você sabe o que é o Plano Diretor?

☐ Sim ☐ Não

Caso positivo, qual sua opinião a respeito do mesmo em relação a esta região?

IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO ATALAIA

Você já esteve no morro do Atalaia?

☐ sim ☐ não

Com qual frequência?

O que mais lhe chama a atenção nesta área?

Por que?

A sua Instituição tem conhecimento de que a Prefeitura Municipal de Itajaí está propondo a implantação do Parque Municipal do Atalaia?

☐ sim ☐ não

Você sabe quais podem ser as consequências deste Decreto?

☐ sim ☐ não

Caso positivo, qual?

Na opinião da sua instituição o processo de conservação da Mata Atlântica traz algum benefício?

O que a sua instituição espera para o futuro deste local?

Como você gostaria de receber informações sobre a implementação do Parque Natural Municipal do Atalaia?

- ☐ palestras
- ☐ livretos
- ☐ folder
- ☐ e-mail
- ☐ rádio
- ☐ outros: _____

Identificação de Parcerias entre os Atores Governamentais e Não-Governamentais.

A sua instituição acredita que a participação no processo de implementação do PMNA deva ser:

- ☐ voluntário
- ☐ responsabilidade social
- ☐ outro: _____

O que você entende por responsabilidade social?

Gostaria de participar como contribuinte pró-ativo do PNMA?

- ☐ sim ☐ não

Justifique?

Como seria a participação da sua entidade?

- ☐ patrocínio financeiro
- ☐ promoção de campanhas informativas
- ☐ disponibilizar suporte técnico
- ☐ outros: _____

Qual seria o interesse da sua instituição em se vincular a um Parque desta natureza?

A sua empresa gostaria de ter o seu nome vinculado á proteção de uma área como esta?

- ☐ sim ☐ não Justifique?